



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Not<sup>a</sup> Técnica  
024/08

**SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2008**

**CUMPRIMENTO DA META FISCAL  
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA**

**RESULTADOS DE SETEMBRO  
DESEMPENHO DAS RECEITAS**

**4<sup>a</sup> AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
CONTINGENCIAMENTO EM OUTUBRO  
INVESTIMENTOS FEDERAIS**

**Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais**

**Flávio Leitão Tavares  
José Fernando Cosentino Tavares  
Márcia Rodrigues Moura**

21/Novembro/2008

Endereços na Internet: <http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/conof> e  
<http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil>.  
E-mail: conof@camara.gov.br

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



## SUMÁRIO

I – PRINCIPAIS ASPECTOS E CONCLUSÕES .....	3
II - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO.....	8
III – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO .....	10
IV – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS.....	12
V – DESPESAS NO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2008.....	15
VI – REAVALIAÇÃO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO.....	18
VII – DESPESAS COM INVESTIMENTOS, PAC E O PPI ATÉ OUTUBRO .....	20
VIII – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS.....	22
VIII.1. ARRECADAÇÃO TOTAL ATÉ O 2º QUADRIMESTRE.....	22
VIII.2 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS ATÉ SETEMBRO DE 2008 .....	23
VIII.3 RECEITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2008 .....	27
VIII.3.1 RECEITA ADMINISTRADA .....	29
VIII.3.2 RECEITA NÃO ADMINISTRADA .....	32
IX – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE .....	34
X – CONTINGENCIMENTO EM VIGOR POR ÓRGÃO E GND .....	38
ANEXOS.....	40



## I – PRINCIPAIS ASPECTOS E CONCLUSÕES

1. A meta de superávit primário da União para o segundo quadrimestre de 2008<sup>1</sup> foi amplamente superada e, para os orçamentos fiscal e da seguridade social, o resultado obtido até agosto ficou mais de 50% acima da meta estabelecida para todo o exercício, de R\$ 49,6 bilhões (linha "f" da Tabela abaixo).

### ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO, 2008

Resumo do Cumprimento de Metas<sup>(1)</sup>  
(R\$ milhões)

	Até o II Quadrimestre			Meta até Dezembro Dec 6.589 1º outubro	Execução Prevista III Quadr <sup>(3)</sup>
	Metas Dec 6.468 30 de maio	Realizado	Diferença		
Receita Administrada pela RFB <sup>(2)</sup>	303.378	307.970	4.592	469.859	161.889
Arrecadação Líquida do INSS	99.383	99.926	543	163.673	63.747
Demais Receitas, exceto FGTS <sup>(4)</sup>	51.270	57.825	6.555	87.847	30.022
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1.417	1.296	(121)	2.285	989
Total das Receitas Brutas	455.448	467.017	11.569	723.664	256.647
Transferências a Estados e Municípios (-)	83.485	83.070	(415)	127.405	44.335
Receita Líquida (a)	371.963	383.947	11.984	596.259	212.312
Pessoal e Encargos Sociais	83.129	82.978	(151)	133.356	50.379
Benefícios da Previdência	122.647	124.320	1.673	201.793	77.473
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1.417	1.296	(121)	2.285	989
Outras Despesas Obrigatórias <sup>(5)</sup>	43.071	36.909	(6.162)	74.392	37.483
Despesas Discricionárias de Todos os Poderes	75.495	63.606	(11.889)	134.830	71.224
Total das Despesas (b)	325.759	309.109	(16.650)	546.657	237.548
Resultado Primário + PPI/Acima da linha (c)=(a)-(b)	46.204	74.838	28.634	49.603	(25.235)
<i>Memorandum:</i>					
Ajuste Metodológico: Recebíveis de Itaipu Binacional (d)	-	1.054	1.054	-	-
Discrepância Estatística <sup>(6)</sup> (e)	-	(188)	(188)	-	-
Resultado Primário Fiscal/Seguridade -Bacen (f=a-b+d+e)	46.204	75.704	29.500	49.603	(26.101)
Resultado Primário das Estatais Federais (g)-Bacen	10.304	7.013	(3.291)	18.740	11.727
Resultado Primário da União (h=f+g) - Bacen	56.508	82.717	26.209	68.342	(14.375)
Projeto Piloto de Investimento (PPI) (i)	8.197	4.219	(3.978)	13.824	9.605
Resultado Primário da União exclusive despesas do PPI (j=h+i)	64.705	86.936	22.231	68.342	(18.353)
Resultado Primário Fiscal/Seguridade Ajustado (k=f-d+i)	54.401	78.869	24.468	63.427	(15.442)
Resultado Primário das Estatais Federais Ajustado (l=d+g)	10.304	8.067	(2.237)	18.740	10.673
Déficit da Previdência (RGPS)	23.264	24.394	1.130	38.120	13.726

Fonte: Decretos citados; Relatório de cumprimento de metas; Relatório de avaliação orçamentária do 4º bimestre; Secretaria de Orçamento Federal (MPOG). Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

<sup>(2)</sup> Não inclui as receitas do INSS.

<sup>(3)</sup> Os valores previstos para o 3º quadrimestre seriam pouco menores se o Relatório trouxesse as metas para comparação do Decreto 6.519, mais atual em relação ao Dec. 6.468.

<sup>(4)</sup> Inclui operações com ativos.

<sup>(5)</sup> Inclui créditos extraordinários.

<sup>(6)</sup> Exceto recebíveis Itaipu.

<sup>1</sup> A meta para agosto foi estabelecida no Decreto 6.439/08, de 22/4, tendo sido alterada pelo Decreto 6.468/08, de 30/5, que se presta às comparações do Relatório. Posteriormente foram editados os Decretos 6.519/08, de 30/7 e 6.589, de 1/10, este último com a meta atualizada até dezembro, aumentada de R\$ 48,8 bilhões para R\$ 49,6 bilhões. A meta das estatais para agosto é a mesma nos dois primeiros decretos, e a de dezembro passou de R\$ 18,5 bilhões nesses dois primeiros decretos para R\$ 18,7 bilhões nos dois últimos decretos.



2. O excesso no OGU, segundo o critério de apuração do Banco Central, foi de R\$ 26,2 bilhões (linha "g" da Tabela). Quando se compara o resultado calculado pelo Banco Central e a meta, dela descontadas as despesas com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI (linha i da Tabela), seria menor – R\$ 22,2 bilhões, valor usado pelo Tesouro no Relatório de cumprimento de metas<sup>2</sup>.
3. O excesso coube exclusivamente ao governo central, enquanto as empresas estatais ficaram R\$ 3,3 bilhões aquém da meta quadrimestral. Levando-se em conta ajuste metodológico por conta de pagamentos da Itaipu Binacional ao Tesouro<sup>3</sup>, a insuficiência das estatais cairia para R\$ 2,2 bilhões (linha "k" da Tabela).<sup>4</sup>
4. Portanto, em 2008, a melhora do quadro fiscal do setor público não financeiro resulta em sua maior parte do esforço crescente do governo central, incluindo nova queda do déficit do INSS. O superávit primário consolidado, de 12 meses acumulados em setembro de 2008, é de 4,6% do PIB (a meta é de 3,8% do PIB), contra 4% do PIB no mesmo mês de 2007, e o déficit nominal, de 1,3% do PIB, contra 2,3% do PIB em 2007. Esses resultados, aliados a maior crescimento econômico e estabilidade da taxa real de juros, levaram a redução da dívida líquida do setor público para 38,3% do PIB em setembro (40,4% em dezembro de 2007). Mesmo com receitas crescendo fortemente em 2008, os governos regionais vêm apresentando queda no superávit.
5. Contribuíram tanto receitas como despesas para que a meta quadrimestral do governo central, estabelecida em fim de maio, fosse atingida com tanta folga. Se a comparação entre previsão e execução de receitas e despesas tomasse em conta o Decreto 6.519/08, de 30 de julho, os desvios seriam menores.
6. As receitas até agosto ficaram acima da reprogramação oficial em R\$ 11,6 bilhões (R\$ 12 bilhões, as receitas líquidas). A arrecadação da Receita Federal do Brasil, exceto previdenciária, superou a previsão em R\$ 4,6 bilhões, liderada pelos tributos sobre os lucros (IRPJ e CSLL, que somados superaram a meta em R\$ 3,9 bilhões), e pelo IOF e pelo IR-fonte sobre rendimentos do trabalho, em cerca de R\$ 900 milhões cada tributo. A contribuição previdenciária ficou R\$ 540 milhões acima. O desempenho da RFB melhor que o previsto foi acompanhado nestes 2 quadrimestres pelas receitas não administradas, cuja estimativa até agosto foi ultrapassada em R\$ 6,4 bilhões. Dentre elas destacaram-se os dividendos que excederam a previsão em R\$ 5,1 bilhões.

<sup>2</sup> O Executivo enviou ao Congresso (Mensagem 137, de 2008-CN) relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais do 2º quadrimestre de 2008 ("Relatório") para atender o art. 9º da LRF (§ 4º) e o § 2º do art. 2º da Lei n.º 11.514/07, de 13/08. A meta estabelecida na LDO é anual. As metas quadrimestrais são estabelecidas no decreto de programação financeira a ser editado em até 30 dias após a sanção da lei orçamentária, e em suas atualizações.

<sup>3</sup> A divulgação do Tesouro Nacional refere-se a esse ajuste metodológico de Itaipu. Ver pg. 8, item 32, do Relatório.

<sup>4</sup> A justificação oficial desse desempenho insatisfatório foi de que a taxa de câmbio usada nas previsões foi menor que o realizado, afetando negativamente o desempenho de Itaipu, bem como de que foram concedidos descontos maiores que os previstos pela EMGEA nas renegociações de contratos imobiliários.



7. Apesar do excelente desempenho das receitas, a maior parte do excesso de superávit no fim do 2º quadrimestre deveu-se ao comportamento das despesas, cuja execução ficou abaixo do esperado em quase R\$ 16,7 bilhões.<sup>5</sup> Não houve desvio importante em despesas com pessoal, os pagamentos de benefícios previdenciários ficaram R\$ 1,7 bilhão acima do que constou do orçamento, porém as demais despesas obrigatórias foram R\$ 6,2 bilhões menores: gastou-se menos em subsídios e subvenções (R\$ 3,8 bilhões) e em transferências a estados e municípios no âmbito da Lei Kandir e outras compensações por renúncia do ICMS (R\$ 2,6 bilhões). As discricionárias ficaram R\$ 11,9 bilhões abaixo do programado.
8. Em relação aos investimentos do PPI, esperava-se ritmo de execução mais acelerado, já que aumentou substancialmente (de R\$ 4,6 bilhões no começo de 2007 para R\$ 13,8 bilhões em 2008) e supostamente atendem a ações urgentes, estruturantes e de baixa relação custo-benefício. Nem por isso cumpriu a expectativa de executar até agosto R\$ 8,2 bilhões, ficando em pouco mais da metade, mesmo em se considerando que na execução estão incluídos volumosos restos a pagar.
9. Os investimentos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluindo o PPI, dobram a cada 2 anos, desde 2005. O pago até outubro prenuncia que em 2008 haverá a maior execução nominal de investimentos e inversões financeiras (pelo menos R\$ 30 bilhões, crescendo quase 50% em relação a 2007) em dez anos.
10. Projeta-se para 2008, pela primeira vez, estabilidade das despesas correntes primárias como proporção do PIB. As despesas primárias de capital, sobretudo investimentos, continuarão crescendo em proporção do PIB. Não há perspectiva de continuidade dessa melhora no perfil dos gastos para 2009, tendo em vista o aumento das despesas correntes já contratadas/programadas (aumento de pessoal e do salário mínimo) e a piora do cenário fiscal com menor crescimento do PIB e seus impactos sobre a arrecadação.
11. Quanto à possibilidade de a execução do PPI propiciar a redução da meta primária do setor público, ainda não ocorreu e certamente não ocorrerá neste exercício, em que o notável excesso de arrecadação será dirigido em parte à formação do Fundo Soberano do Brasil (FSB). Caso o PL 3.674/08 que o cria, já tramitando no Senado, não venha a ser aprovado antes do fim do ano, ter-se-á, ao contrário, o aumento do superávit primário para pelo menos 4,3%.<sup>6</sup> A probabilidade é de que nem todas as demais despesas sejam executadas (i.e., que não ocorra o desembolso correspondente) conforme a programação, e que o superávit consolidado se aproxime de 4,5% do PIB.

<sup>5</sup> Grosso modo, esses valores mais que decuplicaram em relação ao mesmo período de 2007. Para comparar com o cumprimento das metas do segundo quadrimestre de 2007, ver Nota Técnica 31/07 desta Consultoria em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2007>.

<sup>6</sup> As metas para o 2º quadrimestre cujo cumprimento está sendo avaliado neste Relatório foram estabelecidas antes do anúncio do referido fundo, que só passou a constar da programação a partir do Decreto 6.519/08. Se o FSB não existir em 31 de dezembro, um possível entendimento é que os recursos correspondentes (R\$ 14,2 bilhões) sejam esterilizados na conta única. Outra interpretação é de que, aberto o crédito especial objeto do PLN 54/08, possam ser programados via reabertura para a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) tão logo a lei criando o Fundo Soberano do Brasil seja sancionada.



12. Com a pequena variação da estimativa do PIB para 2008, a meta do governo federal acumulada para dezembro cresceu apenas R\$ 1 bilhão no Decreto 6.519/08 em relação ao decreto anterior, para R\$ 82,2 bilhões, e nesse patamar ficou no recém editado Decreto 6.589/08. A meta de superávit dos orçamentos fiscal e da seguridade social passou a R\$ 63,4 bilhões.<sup>7</sup> A meta das estatais federais é agora de R\$ 18,7 bilhões, e sua distribuição entre grupos de empresas continua a mesma desde a 1<sup>a</sup> Avaliação.<sup>8</sup> Implicitamente governos subnacionais contribuirão com R\$ 27,4 bilhões.
13. O contingenciamento no exercício foi substancialmente alterado no Decreto 6.589/08. De acordo com a nova programação, as receitas líquidas superam o orçamento em quase R\$ 32,7 bilhões. Esse espaço fiscal foi ocupado por R\$ 23 bilhões de novas despesas obrigatórias, sendo R\$ 6,5 bilhões de aumento de pessoal, R\$ 9,4 bilhões de créditos extraordinários deste exercício, e principalmente de exercícios anteriores, R\$ 4,4 bilhões de benefícios vinculados ao salário mínimo, e outras despesas, incluindo o aumento da meta do superávit primário. Outros R\$ 14,2 bilhões continuam reservados para o Fundo Soberano do Brasil. Desta forma permanecem contingenciados em relação ao orçamento aprovado pelo Congresso R\$ 8,6 bilhões.
14. As receitas de 2008 caminham satisfatoriamente. Antes das transferências a estados e municípios, crescem em relação a 2007 quase 0,9 ponto de percentagem do PIB; descontadas as transferências, o aumento é de 0,4 ponto. Não se espera que a execução venha a divergir significativamente da última previsão oficial<sup>9</sup>, mesmo que se confirme a tendência até agora identificada de piora dos indicadores econômico-fiscais. As estimativas dessas variáveis subjacentes ao Decreto 6.589/08 (4<sup>a</sup> Avaliação) são as mesmas do decreto anterior, que sabidamente já estavam em descompasso com a realidade que se seguiu ao recrudescimento da crise internacional em meados de setembro.
15. De acordo com a 4<sup>a</sup> Avaliação, a Receita Federal do Brasil (RFB) arrecadará R\$ 470 bilhões e a carga representada pelas receitas administradas (exceto INSS) ficará praticamente estável em relação a 2007, não obstante a perda equivalente a 1,4% do PIB em relação ao ano passado da Contribuição provisória sobre a movimentação financeira (CPMF). De outro lado, o IOF tem arrecadado e deve continuar arrecadando mais que se previa quando alíquotas foram majoradas a partir de janeiro de 2008, inclusive porque outras incidências foram introduzidas mais tarde sobre operações cambiais. Essas últimas foram eliminadas agora em outubro. Ainda assim, a receita do tributo deverá mais que duplicar em proporção do PIB, comparado a 2007. A Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) cobrada às instituições financeiras foi outro tributo que teve reajuste para suprir em parte a falta da CPMF, afetando a arrecadação desde maio. Ainda, a cobrança

<sup>7</sup> O resultado das estatais federais no orçamento foi fixado em 0,75% do PIB e na programação financeira de 2008 restabelecida em 0,65% do PIB. Na mesma proporção subiu a meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

<sup>8</sup> Ver a Nota Técnica 7/2008.

<sup>9</sup> Sabe-se que serão ainda maiores que o previsto no citado decreto.



da Cide-combustíveis está em queda por força da redução das alíquotas sobre gasolina e diesel.

16. A arrecadação líquida da contribuição previdenciária deve avançar 0,2% do PIB, de 2007 para 2008.
17. A carga representada pelas receitas não administradas deve subir em percentagem do PIB, relativamente a 2007, principalmente em função de *royalties* de petróleo, faltando apenas R\$ 2 bilhões a arrecadar para cumprir-se a meta de R\$ 25 bilhões em 2008. A queda recente da cotação do barril Brent não foi incorporada nas estimativas; ainda assim, a média dessa cotação em 2008 será maior que em 2007, e a arrecadação também vai se beneficiar do aumento do câmbio. A segunda contribuição mais importante será o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos resultados das estatais. A realização dessas receitas estava em fim de outubro a pouco menos de R\$ 1,4 bilhão da meta revista, de quase de 0,5% do PIB e 40% acima do previsto na lei orçamentária. As receitas de operações com ativos não se realizarão, mesmo tendo permanecido na previsão. Outras receitas devem corresponder às previsões.
18. A dívida pública federal de responsabilidade do Tesouro Nacional (DPF), em mercado, diminuiu em R\$ 13,8 bilhões entre dezembro de 2007 e agosto de 2008, passando para R\$ 1.331,6 bilhões.<sup>10</sup>
19. A dívida mobiliária interna – DPMFi passou de R\$ 1.236,5 bilhões em dezembro de 2007, para R\$ 1.235,3 bilhões em agosto de 2008. A queda ocorreu no primeiro quadrimestre (R\$ 5,8 bilhões), em parte compensada no segundo.
20. A dívida pública federal externa – DPFe teve redução entre dezembro de 2007 a agosto de 2008 de R\$ 12,6 bilhões, sendo R\$ 9,3 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano e R\$ 3,3 bilhões no segundo, ficando em R\$ 96,3 bilhões. A participação da dívida externa no total da dívida pública federal bruta continuava em queda a cada quadrimestre, e saiu de 8,1% do total em dezembro de 2007, para 7,2% em agosto de 2008. A recente desvalorização cambial terá assim impacto reduzido no volume da dívida.
21. O esforço desenvolvido pelo Tesouro nos últimos anos, voltado para a melhoria da composição da dívida mobiliária, teve seus resultados parcialmente revertidos nesses dois quadrimestres de 2008.
22. Na comparação com dezembro de 2007, assim como aconteceu no 1º quadrimestre, nem todos os indicadores da dívida melhoraram no tocante à composição e aos prazos. Houve novo aumento do prazo médio de vencimento, com nova redução do percentual de títulos vincendo em 12 meses; maior participação de títulos referenciados a índices de preços; e menor da dívida vinculada ao câmbio. Negativamente, continua aumentando a participação de títulos selicados e caindo a dos prefixados, refletindo a tendência ascendente da taxa básica de juros. Os percentuais em final de agosto para esses títulos

<sup>10</sup> Entretanto, quando somada às operações compromissadas e de swap, que não constituem dívida sob responsabilidade do Tesouro, houve aumento, conforme mostrado adiante.



ultrapassavam os limites mais desfavoráveis previstos inicialmente no Plano Anual de Financiamento da Dívida (PAF) e na sua revisão de agosto.

23. As operações de mercado aberto continuam crescendo e já alcançavam em agosto de 2008 R\$ 278,5 bilhões, correspondentes a 18,6% do somatório da DPMFi com as operações de *swap* e com as próprias operações compromissadas. O aumento, em 2008, coincide com a redução da participação de títulos prefixados na composição da DPMFi.

## II - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO

24. A limitação de despesas corresponde à soma das diferenças, em relação à lei, das reestimativas atualizadas das receitas pertencentes à União, das demais despesas obrigatórias e da meta nominal de superávit primário. A Tabela seguinte mostra como evoluíram, desde a lei, as previsões de receitas e despesas do orçamento.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Resumo do Contingenciamento das Despesas do Executivo nos Decretos de Programação Financeira <sup>(1)</sup>

	Lei		Decreto 6.439/08 (1ª Avaliação)		Decreto 6.468/08 (2ª Avaliação)		Decreto 6.519/08 (3ª Avaliação)		Decreto 6.589/08 (4ª Avaliação)		Variação do Decreto 6.589 em Relação a		
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	Lei	Dec 6.439	Dec 6.519
Receita Administrada pela SRF <sup>(2)</sup>	443,8	15,7	448,1	15,8	460,2	16,2	462,8	16,1	469,9	16,3	26,0	21,8	7,1
Arrecadação Líquida do INSS	161,7	5,7	159,9	5,6	162,0	5,7	162,0	5,6	163,7	5,7	1,9	3,8	1,6
Demais Receitas <sup>(3)</sup>	82,0	2,9	79,1	2,8	83,2	2,9	91,0	3,2	90,1	3,1	8,1	11,0	(0,8)
Total das Receitas Brutas	687,6	24,4	687,1	24,2	705,4	24,8	715,8	24,8	723,7	25,1	36,1	36,6	7,9
Transferências a Estados e Municípios (-)	124,0	4,4	122,1	4,3	126,5	4,4	127,0	4,4	127,4	4,4	3,4	5,3	0,4
Receita Líquida (a)	563,6	20,0	565,0	19,9	578,9	20,3	588,7	20,4	596,3	20,7	32,7	31,3	7,5
Pessoal e Encargos Sociais	126,9	4,5	126,9	4,5	134,4	4,7	133,3	4,6	133,4	4,6	6,5	6,5	0,0
Benefícios da Previdência	199,4	7,1	200,4	7,1	200,1	7,0	200,1	6,9	201,8	7,0	2,4	1,4	1,6
Demais Despesas Vinculadas ao Mínimo	34,7	0,7	36,7	0,7	36,8	1,3	36,8	1,3	36,8	1,3	2,0	0,1	-
Créditos Extraordinários	0,0	0,0	11,0	0,4	11,1	0,4	8,9	0,3	9,4	0,3	9,4	(1,6)	0,5
Outras Despesas Obrigatorias	21,3	1,3	25,2	1,4	26,7	0,9	23,8	0,8	23,9	0,8	2,6	(1,3)	0,1
Despesas Obrigatorias <sup>(4)</sup> (b)	382,3	13,6	400,1	14,1	409,2	14,4	402,9	14,0	405,2	14,1	22,9	5,1	2,3
Legislativo, Judiciário e MPU (c)	6,5	0,2	6,3	0,2	6,3	0,2	6,5	0,2	6,6	0,2	0,1	0,3	0,1
Meta de Resultado Primário (d)	59,4	2,1	62,4	2,2	62,7	2,2	63,4	2,2	63,4	2,2	4,0	1,0	0,0
Margem Discretionária (e)=(a)-(b)-(c)-(d)	115,4	4,1	96,2	3,4	100,7	3,5	115,9	4,0	121,0	4,2	5,6	24,8	5,1
Projeto Piloto de Investimento (PPI) (f)	13,8	0,5	13,8	0,5	13,8	0,5	13,8	0,5	13,8	0,5	-	-	-
Desp. Discretionárias do Executivo (g)=(e)+	129,2	4,6	110,0	3,9	114,5	4,0	129,7	4,5	134,8	4,7	5,6	24,8	5,1
Resultado Primário + PPI (h)=(d)-(f)	45,6	1,6	48,6	1,7	48,8	1,7	49,6	1,7	49,6	1,7	4,0	1,0	0,0
Total das Despesas (i)=(b)+(c)+(g)	518,0	18,3	516,4	18,2	530,0	18,6	539,1	18,7	546,7	19,0	28,6	30,3	7,5
<i>Memorando:</i>													
Déficit da Previdência (RGPS)	(37,7)	(1,3)	(40,5)	(1,4)	(38,1)	(1,3)	(38,1)	(1,3)	(38,1)	(1,3)	(0,4)	2,3	(0,0)
PIB (R\$ bilhão)	2.819,5	100	2.837,9	100	2.848,8	100	2.883,0	100	2.883,0	100	...	...	...

Fonte: Orçamento de 2008; Decretos citados; Relatórios de Avaliação Orçamentária; e Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG). Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Dados preliminares. Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

<sup>(2)</sup> Não inclui as receitas do INSS.

<sup>(3)</sup> Inclui operações com ativos.

<sup>(4)</sup> Critério dos decretos de contingenciamento. Inclui despesas extra-orçamentárias e créditos extraordinários reabertos/restos a pagar desses créditos.

25. O Decreto 6.439, primeiro de programação orçamentária de 2008, limitou, em relação à lei, o empenho, a movimentação financeira e os pagamentos de despesas discricionárias do Executivo em R\$ 19,2 bilhões, e desde então houve



liberações sucessivas, a despeito de a receita líquida estimada já ser R\$ 1,4 bilhão acima do previsto na lei,<sup>11</sup> como mostra a Tabela seguinte.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Determinantes do Contingenciamento de Despesas do Executivo nos Decretos de Programação Financeira<sup>(1)</sup>  
(R\$ milhões)

Item de Variação em Relação a Lei	1ª Avaliação (Decreto 6.439/abril)		2ª Avaliação (Decreto 6.468/maio)		3ª Avaliação (Decreto 6.519/julho)		4ª Avaliação (Decreto 6.589/out)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aumento da Previsão de Receitas Líquidas	1.404,8	7,3	15.280,2	104,0	25.145,8	(4.948,7)	32.658,9	(579,1)
Receitas Administradas	4.249,8	22,1	16.377,4	111,4	18.935,5	(3.726,5)	26.021,2	(461,4)
Receitas Não Administradas	(2.890,0)	(15,1)	1.165,0	7,9	8.975,6	(1.766,4)	8.132,2	(144,2)
Arrecadação do INSS	(1.824,3)	(9,5)	291,7	2,0	291,7	(57,4)	1.933,4	(34,3)
Transferências a Estados e Municípios	1.869,3	9,7	(2.536,8)	(17,3)	3.056,9	(601,6)	3.428,0	(60,8)
Aumento da Necessidade de Superávit	3.024,1	15,8	3.262,2	22,2	4.016,4	(790,4)	4.016,4	(71,2)
Aumento da Estimativa do PIB	5.724,0	29,8	5.891,7	40,1	6.423,1	(1.264,1)	6.423,1	(113,9)
Redução da Meta das Estatais Federais	(2.699,9)	(14,1)	(2.629,5)	(17,9)	(2.406,7)	473,6	(2.406,7)	42,7
Aumento de Despesas Obrigatórias	17.573,5	91,6	26.712,9	181,8	20.621,3	(4.058,2)	23.003,2	(407,9)
Pessoal e Encargos	-	-	7.588,7	51,6	6.488,7	(1.277,0)	6.501,5	(115,3)
Benefícios Previdenciários	947,8	4,9	717,2	4,9	717,2	(141,2)	2.361,4	(41,9)
Benefícios Assistenciais Vinculados ao Mínimo	1.911,9	10,0	2.027,1	13,8	2.027,1	(398,9)	2.027,1	(35,9)
Créditos Extraordinários	11.041,1	57,5	11.107,3	75,6	8.907,3	(1.753,0)	9.421,5	(167,1)
Outras Despesas Obrigatórias	3.672,7	19,1	5.272,6	35,9	2.480,9	(488,2)	2.691,7	(47,7)
Contingenciamento	19.192,9	100,0	14.694,9	100,0	(508,1)	100,0	(5.639,3)	100,0
<b>Memorando:</b>								
Fundo Soberano do Brasil	-	-	-	-	14.244,0	(2.803,2)	14.244,0	(252,6)
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	(19.192,9)	(100,0)	(14.694,9)	(76,6)	(13.735,9)	(71,6)	(8.604,7)	(44,8)

Fonte: SOF/MPOG; tabelas desta Nota. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Diferenças podem decorrer de arredondamento.

26. Sem considerar as despesas do PPI, o Executivo pode agora despende discricionariamente R\$ 121 bilhões.<sup>12</sup> Continua havendo contingenciamento do orçamento aprovado pelo Congresso nesta 4ª Avaliação (Decreto 6.589/08). Isso se dá não obstante a reestimativa líquida de receitas apresentada pelo Executivo

<sup>11</sup> Contribuiu à época para tanto, em especial, o reconhecimento de despesas com créditos extraordinários de R\$ 11 bilhões e o aumento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social em R\$ 3 bilhões.

<sup>12</sup> Na 2ª Avaliação já se previa receita líquida R\$ 15,3 bilhões acima da lei. O descontingenciamento, entretanto, foi de apenas R\$ 4,5 bilhões, em virtude de novo aumento de despesas obrigatórias da ordem de R\$ 9,1 bilhões, dos quais R\$ 7,6 bilhões em pessoal, decorrência de reestruturações de carreiras.

A 3ª Avaliação trouxe receita líquida quase R\$ 10 bilhões superior à avaliação anterior ou R\$ 25,2 bilhões acima da lei. As despesas obrigatórias foram revistas para baixo em R\$ 6,1 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões com subsídios (incluídos no item “outras despesas obrigatórias”), R\$ 2,2 bilhões com créditos extraordinários e R\$ 1,1 bilhão em pessoal. Em relação à lei, as despesas obrigatórias haviam crescido R\$ 20,6 bilhões. Combinados com o aumento da meta de superávit primário, essas reestimativas resultaram na liberação de R\$ 15,4 bilhões, com a autorização para empenho de despesas discricionárias, pela primeira vez, superior à lei em R\$ 508,1 milhões. Entretanto, R\$ 14,2 bilhões foram reservados para o FSB, ainda por ser criado pelo projeto de lei 3.674/08.

Finalmente a 4ª avaliação reestimou receitas líquidas R\$ 7,5 bilhões acima da avaliação anterior. Projeta-se crescimento das despesas obrigatórias de R\$ 2,4 bilhões em relação à 3ª Avaliação; destes, R\$ 1,6 bilhão se deve à reestimativa oficial das despesas previdenciárias, e o resto se distribui entre créditos extraordinários (R\$ 500 milhões) e as demais despesas obrigatórias. A previsão de despesas com os benefícios assistenciais vinculados à variação do salário mínimo não se alterou. Os restantes R\$ 5,1 bilhões foram descontingenciados, permitindo que as despesas discricionárias empenhadas superem em R\$ 5,6 bilhões o autorizado no orçamento aprovado pelo Congresso.

superar pela ampla margem de R\$ 32,7 bilhões a do Congresso, com destaque para o crescimento das receitas administradas pela RFB.

27. Apesar de o Executivo poder despesar R\$ 5,6 bilhões a mais do que consta da lei orçamentária aprovada pelo Congresso, o volume de despesas discricionárias a cargo do Executivo autorizadas para movimentação e empenho é R\$ 8,6 bilhões menor que o constante da programação aprovada pelo Congresso (i.e., antes da abertura de créditos adicionais). Frente ao excesso de arrecadação, o estreitamento da margem deve-se ao reconhecimento de novas despesas obrigatórias em relação à lei, de R\$ 23 bilhões, incluindo parcelas extra-orçamentárias, e a formação de uma reserva para o FSB, de R\$ 14,2 bilhões.
28. São apresentadas em Anexo e objeto da última seção desta Nota, a distribuição, por órgão e grupo de despesa, das despesas discricionárias do Poder Executivo aprovadas na lei orçamentária, o contingenciamento inicial, o total das emendas parlamentares e o montante que ainda permanece contingenciado.

### **III – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO**

29. Todas as metas primárias do setor público sempre foram cumpridas no período, desde que passaram a ser fixadas anualmente, sem aproveitamento da redução por conta da execução do PPI. Até 2005 as metas fixadas à época foram superadas com folga. Esta tendência mudou em 2006. O superávit primário em proporção do PIB cresceu desde 1999 até 2005, chegando<sup>13</sup>, como mostra a Tabela da próxima página, a quase 4,4% do PIB, e caiu para menos de 4% em 2006-2007.
30. O resultado primário voltou a subir desde os primeiros meses de 2008, assim se comportando até agosto e setembro. Estaria garantida a esta altura a formação do fundo fiscal anticíclico, ou ao menos superávit primário bem acima da meta estabelecida pela LDO (3,8% do PIB para o setor público consolidado). Regra geral, resultados elevados têm sido conseguidos com receitas crescentes, e 2008 não é exceção.
31. De fato, o setor público não financeiro apresentou superávit primário expressivo até agosto e setembro, equivalente a 5,8% do PIB e 5,6% do PIB, respectivamente, bem acima do realizado nos mesmos períodos de 2007. A contar de 1999, são os melhores resultados acumulados no ano até o mês.
32. No acumulado de 12 meses, os resultados primários consolidados em agosto e setembro de 2008 foram de 4,4% do PIB e 4,6% do PIB, respectivamente.
33. Em 2008, a melhora do resultado primário resulta na maior parte do esforço crescente do governo central, incluindo a queda significativa do déficit do INSS, cuja posição já havia melhorado em 2007. Os governos regionais vêm, apresentando, em ano eleitoral, ritmo mais elevado de gastos, pois as receitas estão crescendo fortemente em 2008, e ainda assim cai o superávit. As estatais federais também estão decepcionando.

---

<sup>13</sup> Ver, a propósito do cumprimento das metas de 2006, Nota Técnica 10, de 2007.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

DÍVIDA LÍQUIDA E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	Agosto				Setembro			
					No/Até o mês		12 meses		No/Até o mês		12 meses	
					2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<u>(% do PIB)</u>												
<u>Dívida Líquida<sup>(1)</sup></u>												
Dívida Líquida Total	46,99	46,47	44,72	42,67	42,67	40,43	...	...	43,15	38,33	...	...
Dívida interna líquida	40,17	44,13	47,38	51,68	51,53	49,97	...	...	51,49	49,71	...	...
Dívida externa líquida	6,82	2,33	(2,66)	(9,01)	(8,86)	(9,55)	...	...	(8,33)	(11,37)	...	...
Governo Federal e Banco Central	29,53	30,79	30,83	30,30	30,34	28,32	...	...	30,76	26,60	...	...
Governos Regionais	19,03	17,79	16,51	15,03	15,12	14,75	...	...	15,09	14,77	...	...
Empresas Estatais Federais	(1,58)	(2,11)	(2,62)	(2,65)	(2,79)	(2,64)	...	...	(2,70)	(3,04)	...	...
<u>Necessidades de Financiamento do Setor Público<sup>(2)</sup></u>												
Nominal	2,43	2,96	3,00	2,26	0,97	0,58	2,07	1,90	1,50	0,33	2,27	1,32
Governo Central	0,64	2,75	2,42	1,69	1,17	(0,85)	1,75	0,28	1,43	(0,95)	1,84	(0,13)
Governo Federal e Banco Central	1,39	3,41	3,19	2,33	1,89	(0,34)	2,55	0,78	2,15	(0,35)	2,58	0,42
Empresas Estatais Federais	(0,75)	(0,66)	(0,77)	(0,64)	(0,73)	(0,51)	(0,80)	(0,50)	(0,72)	(0,60)	(0,75)	(0,55)
Governos Regionais	1,79	0,21	0,57	0,57	(0,19)	1,43	0,31	1,61	0,07	1,28	0,44	1,44
Juros nominais	6,61	7,32	6,86	6,23	6,23	6,34	6,16	6,31	6,35	5,92	6,29	5,92
Governo Central	3,80	5,96	5,20	4,48	4,89	3,54	4,57	3,60	4,83	3,35	4,62	3,39
Governo Federal e Banco Central	4,09	6,01	5,39	4,65	5,05	3,68	4,75	3,76	4,99	3,47	4,79	3,53
Empresas Estatais Federais	(0,29)	(0,05)	(0,19)	(0,17)	(0,16)	(0,14)	(0,17)	(0,16)	(0,16)	(0,12)	(0,17)	(0,14)
Governos Regionais	2,81	1,36	1,65	1,75	1,34	2,80	1,59	2,71	1,53	2,57	1,68	2,53
Primário	(4,18)	(4,35)	(3,86)	(3,97)	(5,26)	(5,76)	(4,09)	(4,41)	(4,85)	(5,59)	(4,02)	(4,60)
Governo Central	(3,16)	(3,21)	(2,78)	(2,79)	(3,72)	(4,39)	(2,82)	(3,32)	(3,40)	(4,29)	(2,78)	(3,52)
Governo Federal e Banco Central	(2,70)	(2,60)	(2,20)	(2,32)	(4,75)	(4,02)	(2,19)	(2,98)	(2,84)	(3,82)	(2,21)	(3,11)
INSS	1,61	1,75	1,80	1,75	1,59	1,30	1,73	1,54	1,90	1,50	1,75	1,46
Empresas Estatais Federais	(0,46)	(0,61)	(0,58)	(0,47)	(0,57)	(0,37)	(0,63)	(0,34)	(0,56)	(0,48)	(0,57)	(0,41)
Governos Regionais	(1,02)	(1,14)	(1,08)	(1,18)	(1,53)	(1,36)	(1,27)	(1,09)	(1,46)	(1,29)	(1,24)	(1,08)
<u>(R\$ milhões)</u>												
Primário	(81.112)	(93.505)	(90.144)	(101.606)	(87.669)	(108.409)	(101.861)	(122.347)	(91.223)	(118.414)	(100.841)	(128.798)
Governo Central	(61.322)	(68.920)	(64.895)	(71.347)	(62.053)	(82.717)	(70.165)	(92.011)	(63.873)	(90.983)	(69.655)	(98.457)
Governo Federal e Banco Central	(52.385)	(55.741)	(51.352)	(59.439)	(52.514)	(75.704)	(54.506)	(82.629)	(53.326)	(80.877)	(55.253)	(86.991)
Governo federal	(84.040)	(93.629)	(93.589)	(104.965)	(79.548)	(100.358)	(98.144)	(125.775)	(89.608)	(113.088)	(99.533)	(128.445)
Bacen	336	312	172	645	451	260	504	454	541	400	555	504
INSS	31.318	37.576	42.065	44.882	26.583	24.394	43.135	42.692	35.741	31.810	43.726	40.951
Empresas Estatais Federais	(8.937)	(13.178)	(13.544)	(11.909)	(9.539)	(7.013)	(15.659)	(9.382)	(10.548)	(10.106)	(14.403)	(11.467)
Governos Regionais	(19.789)	(24.585)	(25.249)	(30.259)	(25.616)	(25.692)	(31.697)	(30.336)	(27.349)	(27.431)	(31.185)	(30.341)
<u>Memorando:</u>												
PIB Nominal (R\$ bilhões)	1.941,50	2.147,24	2.332,94	2.558,82	1.669,11	1.882,60	2.490,62	2.772,31	1.879,24	2.119,82	2.505,76	2.799,41
PIB Valorizado <sup>(1)</sup> (R\$ bilhões)	2.036,74	2.157,44	2.387,00	2.695,76	...	...	2.568,76	2.925,68	...	...	2.596,54	2.940,33

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

(1) PIB dos últimos 12 meses a preços do mês final do período de 12 meses. Deflator: IGP centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

(2) Valores correntes. Valores negativos correspondem a superávit.

34. Esses resultados primários permitiram a obtenção de déficits nominais bem baixos. No ano, até setembro, foi de 0,33% do PIB (0,58% do PIB, até agosto). Em 12 meses encerrados em setembro, o déficit nominal cai para 1,32% do PIB, pouco mais da metade do acumulado no mesmo mês de 2007. A esfera que assegurou esses resultados foi o governo central, que sozinho respondeu pela melhoria de quase 2 pontos de percentagem do PIB, compensando o crescimento do déficit dos governos regionais, impulsionado pelo aumento do IGP-di, usado para corrigir os contratos de renegociação da dívida. A queda do déficit nominal do setor público consolidado deveu-se ao aumento do superávit primário (60%) e à queda dos juros (40%), por conta, esta última, principalmente da desvalorização do real.

35. A dívida líquida do setor público encerrou agosto em menos de 41% do PIB estimado (cerca de R\$ 1,2 trilhão) e setembro, 38,33% do PIB (cerca de R\$ 1,1 trilhão). Foi de 42,7% do PIB em dezembro de 2007, e a expectativa do mercado é de que fique em 39,5% do PIB no fim de 2008. Em 2008, superávits primários persistentemente acima da meta, crescimento econômico vigoroso, taxa real de juros grosso modo estável e a depreciação do real têm favorecido a trajetória



declinante da dívida pública. A última previsão oficial, que acompanhou a proposta orçamentária de 2009, era de dívida líquida equivalente a 40,8% do PIB no fim de 2008.

36. Está havendo queda acentuada da dívida pública líquida em relação ao PIB, com algumas peculiaridades: (a) a dívida das esferas subnacionais vinha caindo rapidamente, mas perdeu a velocidade até setembro de 2008; (b) a dívida do governo central inverte tendência anterior; cai, em 2007, com moderação; e acelera a queda em 2008; (c) a dívida das estatais federais é negativa, e sua posição credora continua melhorando; (d) a dívida pública interna, que vinha se acelerando em substituição à posição externa credora, passa a cair em 2008; e (e) a dívida pública externa em setembro sofre forte queda em razão da desvalorização cambial de cerca de 20% no mês, tendo em vista que o governo é credor líquido em moeda estrangeira.

#### **IV – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS**

37. A Tabela da página seguinte compara dados de 2007 e projeções do mercado, do Congresso e do Executivo para 2008.

38. Em especial, no confronto com a lei orçamentária e com o Decreto 6.439 (parâmetros de 17 de março), observa-se o agravamento dos índices de inflação, refletido nos parâmetros de preços (parâmetros de 10 de julho) do Decreto 6.589/08. As mais elevadas estimativas do mercado de inflação para 2008 foram registradas no final de julho, e daí em diante vieram sendo revistas para baixo, diante a atuação do Banco Central e da queda de preços de *commodities*, terminando por convergir com as do Executivo.

39. A evolução dos preços, principalmente do IGP-di, é um dos fatores que contribuem para o comportamento extremamente positivo das receitas de 2008 em relação à lei orçamentária e ao primeiro decreto de contingenciamento. O IER, usado como índice de inflação das receitas administradas, subiu de 5,9% na lei, para 8,5% na 4<sup>a</sup> Avaliação.

40. A expectativa do Decreto 6.589/08 quanto ao câmbio em dezembro (R\$ 1,65/US\$1) está totalmente ultrapassada e implicaria ainda maior valorização do real do que previu o orçamento (R\$ 1,80) e os decretos anteriores. Com a fuga de capitais e maior aversão ao risco, o mercado prevê R\$ 2,05, que pode ainda ser pouco. Na média, contudo, convergem as hipóteses do orçamento e do mercado, para quase R\$ 1,80, posto que permaneceu baixo boa parte do ano.

41. Após atingir o seu menor valor nominal histórico, de 11,25%, em setembro de 2007, a taxa Selic voltou a subir em todas as reuniões do Conselho de Política Monetária a partir de abril de 2008, mas foi mantida em 13,75% na última reunião de 28 de outubro, diante dos indícios de desaceleração interna e do ambiente de maior incerteza quanto à trajetória dos preços. Por essa razão, o mercado já trabalha com a hipótese de manutenção da taxa atual na reunião de dezembro de 2008, enquanto a 4<sup>a</sup> Avaliação previu novas altas. O orçamento, entretanto, baseou-se em hipótese de Selic média em 2008 de 11% a.a., enquanto caminha-se para cerca de 12,5% a.a.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

**PRINCIPAIS PARÂMETROS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, 2007-2008<sup>(1)</sup>**

Variável/indicador	2007	2008					
	Realizado	LDO 2008	Orçamento 2008 (Congresso)	Decreto 6.439/08 1ª Aval LDO 2009	Decreto 6.468/08 2ª Aval 1º Quadr.	Decretos 6.519 e 6.589/08 3ª e 4ª <sup>(2)</sup> Aval PLO 2009	Mercado 7/11/2008
<b><u>Produto e Crescimento<sup>(3)</sup></u></b>							
PIB nominal (R\$ bilhões)	2.558,821	2.765,626	2.806,571	2.837,936	2.848,758	2.883,041	2.885,604
Crescimento nominal do PIB (% a.a.)	9,68	9,45	9,95	10,91	11,33	12,67	12,77
Crescimento real do PIB (% a.a.)	5,42	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,23
<b><u>Preços e Câmbio</u></b>							
Deflator implícito do PIB (% a.a.) <sup>(3)</sup>	4,05	4,24	4,76	5,63	6,03	7,31	7,17
Inflação IGP-DI (% a.a.)	7,89	...	4,68	5,65	6,28	11,41	10,95
Inflação IGP-DI médio (% a.a.)	5,08	3,97	7,73	8,57	9,20	11,84	11,46
Inflação IPCA (% a.a.)	4,46	4,50	4,20	4,50	4,74	6,40	6,40
Inflação IPCA médio (% a.a.)	3,64	...	4,37	4,64	4,97	5,79	5,74
Inflação INPC (% a.a.)	5,16	...	4,10	4,34	4,99	6,83	6,84
IER (% a.a.)	4,29	...	5,88	6,41	6,88	8,52	8,31
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	1,77	2,23	1,80	1,77	1,73	1,65	2,05
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,95	...	1,78	1,72	1,71	1,66	1,79
Preço médio do petróleo Brent (US\$)	72,09	...	90,00	100,67	110,86	114,17	99,63
<b><u>Salários e Massa Salarial</u></b>							
Inflação INPC reajuste do mínimo (%) <sup>(4)</sup>	3,30	3,52	4,60	4,97	4,97	4,97	...
Salário Mínimo (R\$)	380,00	404,77	412,42	415,00	415,00	415,00	...
Reajuste do salário mínimo (%)	8,57	6,52	8,53	9,21	9,21	9,21	...
Reajuste dos demais benefícios INSS (%)	3,30	3,52	4,60	5,00	5,00	5,00	...
Massa salarial (variação média %)	12,18	12,88	11,25	12,59	14,69	15,93	...
<b><u>Dívida Pública e Juros</u></b>							
Selic fim de período (% a.a.)	11,18	...	10,50	11,25	...	14,07	13,75
Selic média acumulada (% a.a.)	11,88	11,02	11,00	11,34	12,28	12,45	12,59
Juros reais da dívida pública (% a.a.)	7,10	6,24	6,53	6,54	7,20	...	...
TJLP fim de período (% a.a.)	6,25	6,50	6,25	6,25	6,25	6,25	...
<b><u>Indicadores Fiscais em % do PIB</u></b>							
Resultado Primário Consolidado	3,97	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80	4,30
Resultado Primário Governo Central	2,79	2,85	2,85	2,85	2,85	2,85	...
Resultado Primário Estatais Federais	0,47	0,65	0,75	0,65	0,65	0,65	...
Resultado Primário Governos Regionais	1,18	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	...
Juros Nominais Setor Público Consolidado	(6,23)	(5,29)	...	...	...	(5,84)	(5,80)
Juros Nominais Governo Central	(4,48)	...	...	...	...	(3,61)	...
Resultado Nominal Consolidado	(2,26)	(1,49)	...	...	...	(2,04)	(1,50)
Dívida líquida (% do PIB)	42,67	41,40	42,00	40,90	...	40,80	39,50
<b><u>Outros Indicadores</u></b>							
Bebidas: quantidade (variação %)	5,37	...	5,37	5,50	7,44 <sup>(5)</sup>	2,10	...
Fumo: quantidade (variação %)	(2,15)	...	0,00	(2,00)	(1,00) <sup>(5)</sup>	(2,00)	...
Veículos: quantidade (variação %)	24,31	...	17,50	20,01	32,83	25,00	...
Veículos: preço (variação %)	2,37	...	3,11	4,10	3,73 <sup>(5)</sup>	3,66	...
Importação sem Combustível (variação %)	32,11	...	17,61	24,71	18,49 <sup>(5)</sup>	32,15	...

Fonte: LOA 2008; LDO 2008; LDO 2009; PLO 2009; IBGE; RFB (MF); SPE (MF); Banco Central do Brasil; Relatório Focus de Mercado de 7/11/08; decretos citados; 1º ao 4º Relatório de Avaliação Orçamentária de 2008; Relatórios do Comitê de Receitas de 2008 e 2009; informações complementares; e estimativas dos autores. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Valores em itálico estimados pelos autores, incluindo expectativas de mercado.

<sup>(2)</sup> Apenas o preço do barril de petróleo difere da 4ª Avaliação para a 3ª e para o PLO 2009. Na 3ª Avaliação e no PLO 2009 é estimado em R\$ 125,28.

<sup>(3)</sup> Não considera a reestimativa do PIB de 2006 de 5 de novembro pelo IBGE.

<sup>(4)</sup> Período entre dois reajustes consecutivos.

<sup>(5)</sup> Variações no período de maio a dezembro de 2008.



42. A estimativa de crescimento da massa salarial em 2008 aumentou a cada avaliação bimestral. Era de 11,25% na lei e alcançou 15,9% no Decreto 6.589/08, refletindo a queda recorde na desocupação, a formalização crescente do emprego e os bons reajustes obtidos pelos trabalhadores em negociações coletivas que antecederam a crise.
43. No tocante ao petróleo, que se estima produzirá receitas de aproximadamente R\$ 22,7 bilhões via *royalties* e participações em 2008, a 4<sup>a</sup> Avaliação previu a cotação média do barril do tipo Brent de US\$ 114,2, diante da evolução do mercado internacional de petróleo que à época surpreendia. Tal cotação dificilmente será alcançada. Com dados até outubro e do mercado futuro, é possível prever que essa média se situe efetivamente em quase US\$ 100, superior ao que constou do orçamento (US\$ 90) e próxima do primeiro contingenciamento (US\$ 100,7) para 2008.
44. Todas as alterações citadas<sup>14</sup> acima operaram no sentido do aumento das previsões de receitas em relação à lei orçamentária.
45. O PIB de 2008 está estimado em cerca de R\$ 2,9 trilhões, antes de incorporada à série a revisão recente (5/11) do crescimento real do PIB de 2006 (de 3,8% para 4%). O crescimento em 2007 já havia sido revisto pelo IBGE para 5,4% entre a aprovação do orçamento de 2008 (com 5,2%) e o primeiro decreto de contingenciamento, e incorporado à série. Depois disso, a estimativa oficial do PIB nominal de 2008 aumenta apenas por conta do deflator, uma vez que permaneceu a hipótese de crescimento real de 5% neste ano. Somente no Relatório de Inflação de setembro o Banco Central havia elevado sua previsão de crescimento, de 4,8% para 5%. O mercado em 7 de novembro projetava, a despeito da queda das exportações, crescimento real maior (pouco mais de 5,2%), que se atribui à expansão do consumo interno (emprego e crédito). Com a divulgação das novas hipóteses de comportamento das variáveis macroeconômicas, prevista na LDO para 21 de novembro, teremos presumivelmente maior taxa de crescimento em 2008, embora os demais indicadores decepcionem no atual cenário de crise recessiva global.
46. Em relação a parâmetros específicos que afetam itens relevantes da arrecadação, houve mudanças afetando positiva e negativamente as receitas. Aumenta a previsão de volume de importações no ano, que passa a se situar em mais de 32%, quase o dobro do constante no orçamento. No caso dos veículos, combinando-se preço e quantidade, o índice aumentaria em 40% se as previsões da 4<sup>a</sup> Avaliação viessem a prevalecer, o que é improvável. As variações das quantidades de bebida e fumo caem em relação ao orçamento.

<sup>14</sup> A desvalorização recente do real pode acarretar menor volume de importações no prazo médio, que pode por sua vez compensar o aumento do preço em reais das mercadorias, contrapondo-se aos efeitos de taxa de câmbio mais alta sobre a arrecadação – principalmente o imposto de importação e do IPI vinculado à importação. Dúvida-se que o volume importado possa reagir nessa direção ainda em 2008, diante das operações já contratadas, como aliás têm mostrado os dados mais atuais do comércio exterior.



## V – DESPESAS NO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2008

47. O Relatório traz as despesas realizadas até o quadrimestre com maior detalhamento e em milhões de reais<sup>15</sup>. A meta, contudo, continua sendo estabelecida nos decretos em bilhões de reais e a programação da despesa permanece agrupada em apenas cinco itens, dificultando análise dos desvios observados na execução.
48. Como já visto na primeira Tabela desta Nota (pg. 3), em termos nominais R\$ 16,7 bilhões de despesas programadas deixaram de ser executadas no período, dos quais R\$ 6,2 bilhões em outras despesas obrigatórias e R\$ 11,9 bilhões em despesas discricionárias de todos os poderes.
49. Os gastos com benefícios previdenciários, ao contrário, superaram o previsto em R\$ 1,7 bilhão, valor que foi acrescido à estimativa anual contida no Decreto 6.589, de 1º de outubro. Diferentemente de 2007, parte da antecipação de 50% do 13º salário se refletiu nos números de agosto<sup>16</sup>. Não há informações no Relatório se os efeitos dessa antecipação já estavam incorporados na programação estabelecida em maio, não sendo possível, por essa razão, afirmar que foram a causa do excesso de gastos até o quadrimestre.
50. O déficit previdenciário acumulado até agosto, comparado com o mesmo período de 2007, está na Tabela a seguir. Em especial, receitas crescem acima do PIB, passando de 5,1% em 2007 para 5,3% em 2008. Os gastos com benefícios, ao contrário, caem em proporção do PIB mesmo diante da política de valorização do salário mínimo que afeta 2/3 da massa de benefícios.

### RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, JANEIRO A AGOSTO

	2007		2008		2008/ 2007
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	
Arrecadação Líquida de Contribuições	85.715,5	5,14	99.926,2	5,31	16,6
Benefícios Previdenciários	112.298,5	6,74	124.320,0	6,60	10,7
Déficit	(26.583,0)	(1,59)	(24.393,8)	(1,30)	(8,2)
<b>Memorando:</b>					
PIB	1.666.874,6		1.882.597,1		

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, agosto de 2008. Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

51. Além da melhora constatada de um ano para outro, o déficit previdenciário foi menor no 2º quadrimestre de 2008 (R\$ 11,9 bilhões) do que o observado no 1º quadrimestre (R\$ 12,6 bilhões), conforme Tabela na página seguinte.

<sup>15</sup> Exigência da LDO, Lei 11.514, de 2007, art. 2º, §3º, inciso III.

<sup>16</sup> Ver a respeito Lei 11.665, de 29 de abril de 2008. Foi beneficiada metade dos segurados e dependentes que auferem benefícios de até 1 salário mínimo. A outra metade, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de 1 sm receberiam em setembro a antecipação. No ano passado todos receberam esse adiantamento com efeitos no mês de setembro.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Despesas e Resultados Primários<sup>(1)</sup>

Discriminação	Realizado		Lei	Realizado			Decreto 6.589/08 (4ª Avaliação)			Diferença 4ª Aval - Lei	
	2007			1º Quadr	2º Quadr	Jan-Ago	% de Realização até Agosto	R\$ milhões	% PIB		
	R\$ milhões	% PIB		R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões					
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	460.670,54	18,00	518.014,2	18,37	144.899,0	164.209,5	309.108,5	56,5	546.656,7	18,96	28.642,5
Pessoal e Encargos Sociais	117.585,91	4,60	126.855,0	4,50	40.632,0	42.345,8	82.977,8	62,2	133.356,4	4,63	6.501,5
Benefícios da Previdência	185.293,44	7,24	199.432,0	7,07	60.449,0	63.871,0	124.320,0	61,6	201.793,4	7,00	2.361,4
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	31.424,97	1,23	34.747,1	1,23	9.704,0	14.039,7	23.743,7	64,6	36.774,1	1,28	2.027,1
Abono e Seguro Desemprego	17.956,68	0,70	19.337,9	0,69	4.710,0	8.510,2	13.220,2	62,4	21.172,1	0,73	1.834,2
Lei Orgânica de Assistência Social	11.566,51	0,45	13.516,5	0,48	4.373,0	4.930,2	9.303,2	67,7	13.747,8	0,48	231,3
Renda Mensal Vitalícia	1.901,78	0,07	1.892,7	0,07	621,0	599,3	1.220,3	65,8	1.854,2	0,06	(38,5)
Compensação Estados Exportadores ICMS	3.900,00	0,15	3.900,0	0,14	666,0	650,0	1.316,0	25,2	5.216,1	0,18	1.316,1
Outras Despesas Obrigatorias	13.277,14	0,52	17.407,0	0,62	6.740,0	6.405,0	13.145,0	46,8	28.095,8	0,97	10.688,9
Subsídios e Subvenções	9.733,84	0,38	9.079,1	0,32	894,0	(107,0)	787,0	9,0	8.773,4	0,30	(305,7)
Sentenças Judiciais - Demais	1.296,46	0,05	1.783,6	0,06	1.408,0	79,0	1.487,0	83,4	1.783,7	0,06	0,1
Fundef/Fundeb - Complementação	2.019,30	0,08	3.137,2	0,11	635,0	1.269,0	1.904,0	60,0	3.174,3	0,11	37,1
Doações	77,19	0,00	176,7	0,01	0,5	2,1	2,6	1,4	186,7	0,01	10,0
Convênios	166,54	0,01	250,8	0,01	6,8	18,2	25,0	8,2	303,5	0,01	52,7
FDA / FDNE/SUDAM/SUDENE	284,72	0,01	-	-	161,0	65,4	226,4	35,2	642,6	0,02	642,6
Indenizações - Proagro	0,00	0,00	209,3	0,01	-	-	-	-	-	-	(209,3)
Fundo Constitucional do DF	448,52	0,02	581,5	0,02	127,0	163,0	290,0	45,5	637,6	0,02	56,1
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	-	-	2.706,0	3.938,0	6.644,0	70,5	9.421,5	0,33	9.421,5
Fabricação de Cédulas e Moedas	507,84	0,02	-	-	115,0	213,0	328,0	51,7	634,1	0,02	634,1
FGTS	1.988,05	0,08	1.933,7	0,07	601,0	695,0	1.296,0	56,7	2.284,6	0,08	350,9
Transferência Agência Nacional de Águas	26,50	0,00	28,4	0,00	-	11,6	11,6	43,1	27,0	0,00	(1,4)
Anistiados	152,51	0,01	226,7	0,01	85,7	57,7	143,4	63,3	226,7	0,01	-
Legislativo/Judiciário/MPU	5.260,50	0,21	6.482,1	0,23	1.018,7	1.527,8	2.546,6	38,6	6.590,4	0,23	108,3
Subtotal das Despesas Obrigatorias	356.742,0	13,94	388.823,2	13,79	119.209,7	128.839,4	248.049,1	60,2	411.826,4	14,28	23.003,2
Discricionárias - Executivo	103.928,59	4,06	129.191,0	4,58	25.689,3	35.370,2	61.059,4	45,3	134.830,3	4,68	5.639,3
Outras Discricionárias	113.631,18	4,44	115.366,8	4,09	24.052,3	35.334,7	59.387,0	55,6	106.762,1	3,70	(8.604,7)
Projeto Piloto de Investimento	5.101,71	0,20	13.824,2	0,49	1.637,0	2.582,0	4.219,0	30,5	13.824,2	0,48	-
Fundo Soberano do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	14.244,0	0,49	14.244,0
<b>DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>1.613,85</b>	<b>0,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>659,0</b>	<b>207,0</b>	<b>866,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE</b>											
COM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	59.438,72	2,32	45.586,3	1,62	48.695,0	27.009,5	75.704,5	152,6	49.602,7	1,72	4.016,4
SEM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	64.540,43	2,52	59.410,5	2,11	50.332,0	29.591,5	79.923,5	126,0	63.426,9	2,20	4.016,4
SUPERÁVIT PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	11.908,58	0,47	21.146,5	0,75	(50,0)	7.063,0	7.013,0	37,4	18.739,8	0,65	(2.406,7)
<b>Memorando:</b>											
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	(44.881,65)	(1,75)	(37.692,0)	(1,34)	(12.539,0)	(11.855,0)	(24.394,0)	95,4	(25.578,6)	(0,89)	12.113,5

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF); Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Em itálico valor estimado.

52. A melhora do saldo previdenciário de um quadrimestre para outro em 2008, deveu-se ao desempenho da arrecadação, que essa Tabela não mostra.

53. Tomando-se como base o Decreto 6.589, observa-se que findo 2/3 do exercício, 56,5% das despesas foram realizadas.

54. As despesas com pessoal no período foram de R\$ 83 bilhões, ou 62% do previsto para o exercício (apenas R\$ 151 milhões abaixo da projeção, como mostrou a primeira Tabela desta Nota). Espera-se para o último quadrimestre despesas proporcionalmente mais elevadas em virtude da edição das medidas provisórias 440 e 441, de 29 de agosto, bem como do impacto em 4 meses dos aumentos



salariais concedidos pelas MP 431 e 434 (somente julho e agosto foram afetados no 2º quadrimestre).

55. No cotejo com a programação para todo o exercício, o item de maior execução foi o de sentenças judiciais (83%), cujo pagamento se concentra fortemente em início de ano. Logo a seguir, vieram os créditos extraordinários (70,5%) que consumiram R\$ 6,6 bilhões, sendo que cerca de 90% da execução se referia a restos a pagar de 2007.
56. Por outro lado, a execução dos subsídios alcançou apenas 9% da previsão anual, ficando R\$ 3,8 bilhões abaixo da projeção, conforme informado no Relatório, em razão de empréstimos líquidos negativos (maior retorno) no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e também de menores gastos com o PRONAF e com o investimento rural e agroindustrial. Em relação a 2007, houve expressiva queda nos dispêndios com custeio agropecuário (R\$ 479 milhões), aquisições do governo federal (R\$ 415,7 milhões) e sustentação de preços mínimos (R\$ 102 milhões), em virtude do melhor nível de preços agrícolas.<sup>17</sup>
57. Fundos ADA/ADENE, despesa obrigatória de natureza extraorçamentária, apresentaram baixa execução até o quadrimestre (35%), ficando R\$ 502 milhões aquém do programado, segundo o Relatório.
58. Outro item obrigatório, com apenas 25% de execução (R\$ 1,3 bilhão) e por isso objeto de queixas das autoridades estaduais, é a despesa com compensação a estados exportadores por desonerações do ICMS. A Lei 11.793/08, que trata dos critérios de transferência dos recursos, só foi sancionada em 6 de outubro e o projeto de crédito adicional ainda aguardava aprovação pelo Congresso. Até o segundo quadrimestre a despesa realizada ficou R\$ 2,6 bilhões abaixo do programado, segundo informações do Relatório.
59. A maior parte das despesas discricionárias só pode ser executada a partir de 24 de março quando o orçamento de 2008 foi sancionado. Estas despesas (inclusive com os demais poderes) foram de R\$ 63,6 bilhões, ou R\$ 11,9 bilhões abaixo do programado (primeira Tabela). No mesmo período de 2007, foram executados R\$ 57,2 bilhões, apenas R\$ 2,7 bilhões abaixo do previsto<sup>18</sup>.
60. Esperava-se execução de R\$ 8,2 bilhões de despesas do PPI; o realizado no entanto foi de R\$ 4,2 bilhões, ou pouco mais de 30% da dotação prevista para o exercício, sinalizando que novamente sua programação não será integralmente realizada.
61. A evolução dos gastos discricionários do Poder Executivo, por órgão, com informações até o mês de outubro, está no Anexo II. O total empenhado é de R\$ 92,2 bilhões, pouco mais de 70% das dotações da lei. Esses empenhos são R\$ 11,9 bilhões maiores do que o verificado em relação a idêntico período de 2007. O total pago chega a R\$ 83,7 bilhões, dos quais R\$ 20,1 bilhões de restos a pagar.

<sup>17</sup> Ver pg. 10 do "Resultado do Tesouro Nacional", setembro de 2008,.

<sup>18</sup> Ver Nota Técnica 31/07.



## VI – REAVALIAÇÃO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO

62. O Decreto 6.589 (4<sup>a</sup> Avaliação) estima despesas para 2008 R\$ 28,6 bilhões além do aprovado na lei orçamentária.
63. Despesas obrigatórias (incluindo as dos demais poderes) superam as da lei em R\$ 23 bilhões.
64. A Medida Provisória nº 430, de crédito extraordinário, substituída pela a Lei 11.734/08, de 1/7, suplementou a despesa de pessoal em R\$ 7,6 bilhões. Mesmo montante foi acrescido à despesa programada no Decreto 6.468. Posteriormente, no Decreto 6.519, a previsão de gastos com pessoal foi reduzida em R\$ 1,1 bilhão, permanecendo até o momento expectativa de gasto de R\$ 133,4 bilhões, ou R\$ 6,5 bilhões acima da lei.
65. Amparadas pela Lei 11.734/08 e por dotação de R\$ 3,5 bilhões reservada na lei orçamentária para reajustes a definir, foram editadas quatro Medidas Provisórias sobre planos de cargos e salários: MP 431, de 04/06; 434, de 14/05; 440 e 441, de 29/08, as duas já primeiras convertidas em lei<sup>19</sup>. O impacto estimado em 2008 das MPs perfaz os R\$ 11,2 bilhões, conforme exposições de motivos.
66. A despeito dos reajustes concedidos, a despesa com pessoal permanece constante de 2007 para 2008 como porcentagem do PIB (4,6%). Os aumentos salariais vigoram apenas parcialmente em 2008. Assim, o impacto sobre a despesa de pessoal se dará mais fortemente no próximo exercício.
67. Benefícios previdenciários estão no Decreto 6.589 R\$ 2,4 bilhões acima do previsto em lei, em R\$ 201,8 bilhões, dos quais 62% já despendidos até agosto. As demais despesas vinculadas ao salário mínimo já haviam sido majoradas em decreto anterior, em relação à lei, devendo agora atingir R\$ 36,8 bilhões no exercício; até o segundo quadrimestre foram gastos R\$ 23,7 bilhões, cerca de 65%.
68. Despesas com compensação da União a estados exportadores haviam sido aumentadas em R\$ 1,3 bilhão, em virtude do reconhecimento de que a receita estimada pelo Congresso seria superada.
69. Alguns elementos (ADA e ADENE, com R\$ 1,44 bilhão, e cédulas e moedas, com pouco mais de R\$ 630 milhões) ficaram ausentes da proposta, não foram considerados na lei e repercutiram no contingenciamento. Em decorrência de frustração na execução até o quadrimestre e de menor expectativa de desembolso, a projeção para o exercício foi reduzida em quase R\$ 800 milhões ainda no Decreto 6.519.
70. A despesa com créditos extraordinários no primeiro decreto foi estimada em R\$ 11,1 bilhões, tendo sido o principal motivo para o contingenciamento do início do ano. Atualmente a expectativa de execução é de R\$ 9,4 bilhões, dos quais 70,5% já foram pagos até agosto.

<sup>19</sup> A redução na programação de R\$ 1,1 bilhão no Decreto 6.519 pode estar relacionada ao atraso na apresentação das duas últimas MPs, inicialmente previstas para o início de junho.



71. As despesas discricionárias permanecem contingenciadas em R\$ 8,6 bilhões, porque a previsão de criação do FSB, consumindo R\$ 14,2 bilhões, não permite a recomposição integral da dotação inicial prevista na lei orçamentária.
72. Em 2008, a despesa primária deverá crescer 1 p.p, alcançando 19% do PIB, cerca de 3,5% do PIB a mais do que em 2003, conforme a Tabela seguinte.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2003-2009

Resultado Primário, Despesas Correntes Primárias e Demais Despesas

(Empenhados)

(Em % do PIB)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008		2009
						Lei	4ª Aval <sup>(1)</sup>	
Receita Total	21,07	21,66	22,85	23,38	24,24	24,39	25,10	25,38
Receita Administrada	14,28	14,77	15,50	15,39	16,32	15,74	16,30	16,43
Arrecadação Líquida do INSS	4,75	4,83	5,05	5,29	5,49	5,74	5,68	5,89
Demais	2,04	2,06	2,30	2,70	2,44	2,80	3,13	3,06
Transferências a Estados e Municípios (-)	3,35	3,30	3,74	3,87	3,98	4,40	4,42	4,60
Receita Primária Líquida	17,72	18,36	19,11	19,51	20,26	19,99	20,68	20,79
Superávit Primário (-)	2,30	2,56	2,48	2,08	2,33	1,62	1,72	1,71
Despesas Primárias	15,42	15,80	16,62	17,43	17,94	18,37	18,96	19,07
Despesas Orçamentárias Primárias	15,62	15,87	16,83	17,60	18,36	18,32	18,56	19,03
Despesas Correntes	15,04	15,19	15,86	16,54	16,84	16,82	16,83	17,53
Pessoal	4,51	4,40	4,38	4,61	4,63	4,52	4,65	4,93
Benefícios Previdenciários	6,34	6,49	6,84	7,13	7,15	7,07	7,00	7,18
Outras Vinculadas ao SM	0,88	0,88	0,96	1,14	1,23	1,23	1,28	1,35
Lei Kandir e outras compensações	0,23	0,22	0,24	0,17	0,15	0,14	0,18	0,12
Outras Correntes Obrigatorias <sup>(2)</sup>	0,43	0,38	0,44	0,48	0,44	0,72	0,73	0,68
Despesas Correntes Discricionárias <sup>(3)</sup>	2,64	2,83	3,00	3,02	3,23	3,12	3,00	3,27
Complementação do FGTS	0,10	0,09	0,15	0,13	0,08	0,07	0,08	0,07
Despesas de Capital	0,48	0,59	0,82	0,92	1,44	1,43	1,65	1,44
Despesas Extraorçamentárias <sup>(4)</sup>	0,13	0,14	0,27	0,16	0,21	0,08	0,42	0,09
Ajuste Caixa/competência/discrepância	(0,33)	(0,21)	(0,47)	(0,33)	(0,63)	(0,03)	(0,03)	(0,05)
Produto Interno Bruto (R\$ milhões)	1.699.948	1.941.498	2.147.944	2.332.936	2.558.821	2.819.528	2.883.041	3.186.645
Déficit da Previdência Social	1,59	1,66	1,79	1,83	1,67	1,34	1,32	1,28

Fonte: Siafi; lei orçamentária para 2009, Decreto nº 6.589/08. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Decreto nº 6.589/08. Hipóteses dos autores. Supõe que descontingenciamentos foram igualmente repartidos entre despesas correntes e de capital, exceto pela criação do Fundo Soberano do Brasil, incorporado a despesas de capital.

<sup>(2)</sup> Inclui gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União.

<sup>(3)</sup> Inclui despesas primárias constantes do Anexo V da LDO.

<sup>(4)</sup> Inclui restos a pagar, FDA/FDNE, subsídios implícitos e fabricação de cédulas e moedas.

73. Depois de ininterruptos aumentos, a despesas corrente primária deve estabilizar-se em 2008 em percentagem do PIB, segundo as previsões oficiais. Esta estabilidade é obtida em virtude de forte crescimento econômico. Para 2009, contudo, espera-se novo movimento ascendente das despesas correntes, em função do maior impacto dos reajustes de pessoal já concedidos e também dos efeitos da elevação do salário mínimo sobre os gastos previdenciários e assistenciais, podendo essa tendência manter-se por mais 2 ou 3 anos.

74. As despesas de capital continuam em crescimento e espera-se que em 2008 alcancem 1,65% do PIB, maior percentual desde 2003. A trajetória de expansão se acentua a partir de 2007 com a criação do PAC.



## VII – DESPESAS COM INVESTIMENTOS, PAC E O PPI ATÉ OUTUBRO

75. A próxima Tabela compara o investimento e a inversão financeira primária dos orçamentos fiscal e da seguridade social em 2005-2008 nos 10 primeiros meses do ano, pelo critério do pagamento (ordens bancárias emitidas).

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2005-2008

#### Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras até Outubro<sup>(1)</sup>

Discriminação	2005			2006		
	Despesas Pagas		Pago até o mês no ano	Despesas Pagas		Pago até o mês no ano
	Do exercício	De exercícios anteriores		Do exercício	De exercícios anteriores	
Total	4.100,6	3.534,6	7.635,3	4.102,7	6.688,6	10.791,3
PPI	584,5	-	584,5	402,5	1.650,7	2.053,2
PAC exceto PPI	-	-	-	-	-	-
Demais	3.516,2	3.534,6	7.050,8	3.700,2	5.037,9	8.738,1
<u>Memorando:</u>						
PPI autorizado no ano	2.820,0		3.000,0			
PPI pago no ano	1.169,9	-	1.169,9	989,5	1.893,9	2.883,4
Discriminação	2007			2008		
	Despesas Pagas		Pago até o mês no ano	Despesas Pagas		Pago até o mês no ano
	Do exercício	De exercícios anteriores		Do exercício	De exercícios anteriores	
Total	5.315,8	8.565,2	13.881,0	5.504,8	14.306,9	19.811,7
PPI	1.837,5	1.380,9	3.218,5	1.398,7	3.418,0	4.816,7
PAC exceto PPI	146,6	1.062,5	1.209,1	592,8	2.665,4	3.258,2
Demais	3.331,7	6.121,7	9.453,4	3.513,2	8.223,5	11.736,7
<u>Memorando:</u>						
PPI autorizado no ano	11.283,0		13.825,0			
PPI pago no ano	2.351,1	1.578,8	3.929,9	...	...	...

Fonte: Resultado de Tesouro Nacional e Siafi. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Inversões financeiras primárias. Despesa paga pelo critério da ordem bancária emitida.

76. Considerando os 10 primeiros meses, constata-se que os investimentos dos orçamentos fiscal e da seguridade social praticamente dobram a cada dois anos desde 2005.

77. O Anexo III detalha as despesas discricionárias com investimentos e inversões financeiras do Poder Executivo. A aceleração dos gastos com investimentos é nítida: (a) a lei orçamentária de 2007 (antes de créditos adicionais) consignava R\$ 27,7 bilhões, a lei de 2008, R\$ 39,1 bilhões, e o projeto de lei para 2009 (que o anexo não mostra e que não conta ainda com a intervenção parlamentar) R\$ 39,7 bilhões; (b) o total empenhado até outubro de 2008 (R\$ 20,9 bilhões) é



44% superior ao mesmo período de 2007. Embora a antecipação de empenhos deva-se em parte ao calendário eleitoral, também é fato que os empenhos represados em função desse calendário não devem mudar a tendência histórica de que volume elevado de empenhos aconteça no último mês do exercício; e (c) o total pago até outubro de 2008 é quase 43% superior ao mesmo período de 2007 e cerca de 90% de tudo o que foi pago no ano passado. Os pagamentos de investimentos também são fortemente concentrados no último bimestre (ver Anexo), sugerindo que em 2008 haverá desembolso recorde.

78. Esse maior ritmo de execução continua devido exclusivamente aos restos a pagar, que respondem pela totalidade do aumento nos pagamentos de investimentos e inversões financeiras observado entre 2007 e 2008, até outubro. Coincide também com aumento, de 2007 para 2008, dos restos a pagar acumulados. O crescimento da inscrição de restos a pagar tem sido constatado nos últimos exercícios; por exemplo, apenas de investimento, passou de R\$ 4,2 bilhões em 2003 para R\$ 25,4 bilhões em 2007.<sup>20</sup>
79. A execução das despesas com o PPI se acelera em 2008, embora em ritmo muito aquém do necessário para a execução integral do valor que consta da programação. Até outubro a execução do PPI é pouco acima de R\$ 4,8 bilhões, 53% a mais do que o realizado no mesmo período de 2007. As demais despesas do PAC também apresentam forte expansão, quase triplicando em relação ao ano anterior. Os investimentos não enquadrados no PAC ou no PPI crescem de forma mais comedida (33%).

---

<sup>20</sup> Ver em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2008> Nota Técnica 9/08.



## VIII – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS

### VIII.1. ARRECADAÇÃO TOTAL ATÉ O 2º QUADRIMESTRE

80. O Decreto 6.468/08 (maio) previu arrecadação de receitas primárias, inclusive arrecadação do INSS, de R\$ 455,4 bilhões para o período de janeiro a agosto. A arrecadação realizada foi de R\$ 467 bilhões, ou R\$ 11,6 bilhões acima do programado, conforme Tabela seguinte.

#### RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008

Metas e Execuções Quadrimestrais

(R\$ milhões)

	Até o II Quadrimestre			Meta até Dezembro	Saldo até Dezembro	Saldo % até Dezembro
	Meta <sup>(1)</sup>	Realizado	Desvio			
RECEITA TOTAL	455.448	467.017	11.569	723.664	256.647	35,5
Receita Administrada pela RFB	303.378	307.970	4.592	470.058	162.088	34,5
Imposto de Importação	9.893	10.241	348	15.569	5.328	34,2
IPI	24.139	24.184	45	39.249	15.065	38,4
Imposto de Renda	118.843	120.554	1.711	178.874	58.321	32,6
IOF	12.301	13.210	909	20.838	7.628	36,6
COFINS	79.622	79.368	(254)	123.992	44.624	36,0
PIS/PASEP	20.586	20.436	(150)	31.890	11.454	35,9
CSLL	28.663	30.469	1.806	45.591	15.122	33,2
CPMF	901	1.060	159	1.060	0	0,0
CIDE-combustíveis	4.436	4.365	(71)	5.938	1.573	26,5
Outras Administradas pela SRF	3.994	4.083	89	7.056	2.972	42,1
Arecadação Líquida do INSS	99.383	99.926	543	163.673	63.747	38,9
Receitas Não Administradas	52.687	59.121	6.434	87.132	28.011	32,1
Concessões	4.237	4.409	172	4.885	476	9,7
Dividendos	4.705	9.814	5.109	13.996	4.182	29,9
Contribuição dos Servidores ao PSSS	3.953	3.761	(192)	7.183	3.422	47,6
Salário-Educação	5.745	5.803	58	8.766	2.963	33,8
Royalties/Compensações Financeiras	16.537	16.843	306	25.043	8.200	32,7
Demais Receitas	9.768	10.371	604	14.843	4.472	30,1
Receita Própria (fts 50 & 81)	6.325	6.824	499	10.131	3.307	32,6
FGTS	1.175	1.296	(121)	2.285	989	43,3
Incentivos Fiscais	n.d.	-	n.d.	(199)	(199)	100,0
Operações com Ativos	n.d.	-	n.d.	3.000	3.000	100,0
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	83.485	83.070	(415)	127.405	44.335	34,8
RECEITA LÍQUIDA	371.963	383.947	11.984	596.259	212.312	35,6

Fonte: Siafi; Relatórios quadrimestrais de cumprimento de metas e Relatórios bimestrais de avaliação orçamentária; SOF. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Decretos 6.468 e 6.589/08. Itálico: cálculos dos autores.

81. Individualmente, a principal diferença positiva entre o previsto e o realizado recai sobre a receita de dividendos (R\$ 5,1 bilhões), com destaque para os recolhimentos da Caixa Econômica Federal (cerca de R\$ 2,1 bilhões), do BNDES (R\$ 3 bilhões) e da Petrobras (pelo menos R\$ 2,2 bilhões). A maior distribuição de dividendos coincide com o aumento da receita do exercício, que permitirá a criação do FSB, o que seria revelada no Decreto 6.519, de julho.

82. No âmbito da receita administrada pela RFB, as principais discrepâncias foram na CSLL (R\$ 1,8 bilhão), no imposto de renda (R\$ 1,7 bilhão) e no IOF (R\$ 909 milhões). Para a CSLL, um único contribuinte recolheu em junho R\$ 1,3 bilhão,



referente a ação judicial ainda em questionamento. As diferenças, tanto para a CSLL como para o IOF, podem ser atribuídas também à subestimativa do efeito de recentes majorações de alíquotas. No caso do imposto de renda, o acréscimo da arrecadação é atribuído à maior lucratividade das empresas.

## VIII.2 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS ATÉ SETEMBRO DE 2008

83. O boletim "Análise da Arrecadação das Receitas Federais"<sup>21</sup> mostra que as receitas brutas administradas pela RFB, de janeiro a setembro de 2008, tiveram, em relação ao mesmo período do ano anterior, crescimento nominal de 15,2%.

### RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB

Arrecadação Bruta de Janeiro a Setembro, 2007 e 2008<sup>(1)</sup>  
(R\$ milhões)

Deflator	2008			2007		Variação (%)		
	Setembro	Agosto	Jan-Set	Setembro	Jan-Set	Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set/07	Jan-Set/08 Jan-Set/07
Nominal	54.339	52.562	480.773	47.576	417.187	3,38	14,22	15,24
IPCA	54.339	52.699	490.002	50.550	448.441	3,11	7,50	9,27
IGP-DI	54.339	52.752	496.426	53.243	479.527	3,01	2,06	3,52

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", outubro de 2008.

<sup>(1)</sup> Não inclui a receita previdenciária.

84. O Banco Central estima que o PIB nominal tenha aumentado 12,8% no período, em relação ao mesmo período de 2007. A arrecadação, portanto, cresceu 2,2% acima do PIB. O aumento da arrecadação foi superior ao IPCA acumulado em 9,3%, e ao IGP-DI, em 3,5%. A inflação medida pelo IGP-di tem se mantido excepcionalmente alta em 2008, e presumivelmente ultrapassará em muito o deflator do PIB.

85. Esses percentuais confirmam que a relação entre as receitas administradas e o PIB continua em alta, tendo atingido 21,7%, o que supera a carga dos primeiros nove meses do exercício passado que foi de 21,2% do PIB, como mostra a Tabela na próxima página, tributo por tributo.

86. Exceto IPI - bebidas e imposto de renda na fonte sobre uma miscelânea de rendimentos, tributo extinto (CPMF) ou cujas alíquotas foram drasticamente reduzidas (CIDE – combustíveis), além de um apanhado de outras pequenas receitas administradas, todas os demais tributos, incluindo alguns muito rentáveis ,vêm crescendo em proporção do PIB de 2007 para 2008, destacando-se os incidentes sobre o lucro – somados, contribuíram com 0,66% do PIB para o aumento da carga. Não apenas eles, mas também o IOF, aumentado para

<sup>21</sup> Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2008/Analisemensalabr08.pdf>.



compensar a extinção da CPMF, que mais que dobrou seu peso e está trazendo 0,4% do PIB de receitas adicionais; as contribuições dependentes do ritmo da atividade econômica evoluíram rapidamente – Cofins/PIS cresceram mais de 0,3% do PIB de 2007 para 2008 no período em questão; e as contribuições previdenciárias, quase 0,2% do PIB. Por fim, chama atenção a importância crescente dos impostos sobre as importações e na fonte sobre rendimentos do trabalho, indicando o aumento dessas bases.

RECEITA LÍQUIDA ADMINISTRADA PELA RFB, 2007-2008

Previsão e Arrecadação, Janeiro a Setembro<sup>(1)</sup>

(R\$ milhões)

RECEITAS	Jan-Set de 2007	Jan-Set de 2008			Arrecadado	
		Arrecadado	Previsto <sup>(1)</sup>	Arrecadado	Excesso	Jan-Set 2007
% do PIB						
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	8.737	11.793	11.896	103	0,46	0,56
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	42	28	31	3	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	22.456	27.982	27.602	(380)	1,19	1,30
IPI - FUMO	1.935	2.409	2.379	(30)	0,10	0,11
IPI - BEBIDAS	1.823	1.925	1.879	(46)	0,10	0,09
IPI - AUTOMÓVEIS	3.725	4.779	4.696	(83)	0,20	0,22
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	5.482	7.021	7.123	102	0,29	0,34
IPI - OUTROS	9.491	11.848	11.526	(323)	0,51	0,54
IMPOSTO SOBRE A RENDA	105.986	133.378	133.545	167	5,64	6,30
IR - PESSOA FÍSICA	10.266	11.857	12.424	567	0,55	0,59
IR - PESSOA JURÍDICA	48.721	64.147	63.705	(442)	2,59	3,01
IR - RETIDO NA FONTE	46.999	57.373	57.416	43	2,50	2,71
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	24.050	30.840	30.919	79	1,28	1,46
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	13.951	16.044	16.100	56	0,74	0,76
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	5.372	6.319	6.279	(40)	0,29	0,30
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	3.626	4.170	4.118	(51)	0,19	0,19
IOF - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.678	15.090	15.022	(68)	0,30	0,71
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	271	303	318	16	0,01	0,02
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	26.686	1.060	1.077	17	1,42	0,05
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	75.218	89.796	90.434	638	4,00	4,27
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	19.447	23.066	23.342	276	1,03	1,10
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	24.774	33.697	33.440	(258)	1,32	1,58
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.911	4.764	4.774	10	0,31	0,23
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	264	178	179	2	0,01	0,01
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	6.018	4.501	4.353	(148)	0,32	0,21
SUBTOTAL	301.490	345.636	346.013	378	16,04	16,32
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSS	97.108	n.d.	113.356	n.d.	5,17	5,35
RECEITA ADMINISTRADA	398.598		459.369		21,21	21,67

Fonte : SRF/MF, INSS, SOF/MPO. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Refere-se à previsão do Poder Executivo no Decreto 6.589/08.

87. Em valores e em relação às previsões para o período até setembro, há desvios negativos da meta da arrecadação de tributos de menor relevância, enquanto



aqueles responsáveis por parcelas expressivas da receita a superam. É o caso, em particular, de Cofins/PIS, cuja arrecadação superou a previsão em mais de R\$ 900 milhões, mas que compensando as superestimativas do IPI. Dentre os impostos sobre rendimentos e lucros, a pessoa física e o trabalho, na fonte, compensaram os demais itens do imposto de renda, principalmente sobre lucros, cuja receita foi superestimada para o período até setembro de 2008. Sendo a previsão do Decreto baseada na 4<sup>a</sup> Avaliação, todos os desvios se devem a previsão e arrecadação efetiva de setembro. Nesse mês, o excesso globalmente foi de menos de R\$ 380 milhões. No caso do imposto de renda, uma única pessoa física teria sido responsável pelo recolhimento de darf no montante de R\$ 655 milhões, decorrente de ganho na alienação de bens. A Tabela da previsão e arrecadação do mês de setembro está abaixo.

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL,  
SETEMBRO DE 2008

(R\$ milhões)

RECEITAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	1.553	1.656	103
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	1	4	3
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.798	3.418	(380)
IPI - FUMO	283	253	(30)
IPI - BEBIDAS	230	184	(46)
IPI - AUTOMÓVEIS	731	648	(83)
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	933	1.034	102
IPI - OUTROS	1.621	1.298	(323)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	12.824	12.991	167
IR - PESSOA FÍSICA	1.168	1.735	567
IR - PESSOA JURÍDICA	5.958	5.516	(442)
IR - RETIDO NA FONTE	5.697	5.740	43
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	3.009	3.087	79
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.406	1.462	56
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	777	736	(40)
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	505	454	(51)
IOF - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.880	1.813	(68)
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	222	238	16
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	-	17	17
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	10.428	11.066	638
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	2.630	2.906	276
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	3.228	2.970	(258)
CIDE - COMBUSTÍVEIS	399	409	10
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	19	20	2
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	684	536	(148)
RECEITAS DE LOTERIAS	171	166	(5)
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	60	64	4
DEMAIS	453	306	(147)
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	37.665	38.043	378

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil.



88. A Tabela seguinte mostra como evoluíram os itens das receitas administradas pela RFB até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior. Líquidas de restituições (ótica do orçamento), as receitas administradas apresentaram crescimento nominal de 15,2%.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB, 2007-2008

Arrecadação Bruta e Líquida, Janeiro a Setembro

(R\$ milhões)

RECEITAS	Arrecadação Bruta			Arrecadação Líquida <sup>(1)</sup>		
	2008	2007	Variação (%)	2008	2007	Variação (%)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	11.951	8.765	36,3	11.896	8.737	36,2
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	6	9	(30,7)	31	42	(28,1)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	28.950	23.832	21,5	27.602	22.456	22,9
IPI-FUMO	2.379	1.935	22,9	2.379	1.935	22,9
IPI-BEBIDAS	1.842	1.816	1,4	1.879	1.823	3,1
IPI-AUTOMÓVEIS	4.673	3.705	26,1	4.696	3.725	26,1
IPI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	7.172	5.489	30,7	7.123	5.482	29,9
IPI-OUTROS	12.885	10.886	18,4	11.526	9.491	21,4
IMPOSTO SOBRE A RENDA	141.120	113.618	24,2	133.545	105.986	26,0
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA FÍSICA	12.379	10.211	21,2	12.424	10.266	21,0
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURÍDICA	65.675	50.686	29,6	63.705	48.721	30,8
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	63.066	52.721	19,6	57.416	46.999	22,2
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	37.154	29.982	23,9	30.919	24.050	28,6
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	15.587	13.784	13,1	16.100	13.951	15,4
IRRF-REMÉSSAS PARA O EXTERIOR	6.092	5.323	14,5	6.279	5.372	16,9
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	4.233	3.632	16,5	4.118	3.626	13,6
IOF - IMP. SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	15.026	5.661	165,4	15.022	5.678	164,6
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	323	276	17,2	318	271	17,5
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	1.116	26.653	(95,8)	1.077	26.686	(96,0)
COFINS - CONTRIB. PARA A SEGURIDADE SOCIAL	89.373	74.602	19,8	90.434	75.218	20,2
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	23.396	19.506	19,9	23.342	19.447	20,0
CSLL - CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	33.430	24.864	34,5	33.440	24.774	35,0
CIDE-COMBUSTÍVEIS	4.766	5.910	(19,3)	4.774	5.911	(19,2)
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	179	264	(32,1)	179	264	(32,1)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	4.605	5.835	(21,1)	4.353	6.018	(27,7)
SUBTOTAL (A)	354.241	309.794	14,3	346.013	301.490	14,8
ARRECADAÇÃO DO INSS	126.532	107.393	17,8	113.356	97.108	16,7
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB (C)=(A)+(B)	480.773	417.187	15,2	459.369	398.598	15,2

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<sup>(1)</sup> Líquida de restituições. Não estão deduzidos os incentivos fiscais.

89. Em relação ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, os destaques da arrecadação bruta foram o crescimento: (a) dos tributos vinculados à importação (II, 36,3% e IPI-Imp, 30,7%), em decorrência de elevação de 53,4% do valor em dólares das importações tributadas e de 4% da alíquota média do imposto incidentes sobre importação e de 0,6% da alíquota média do imposto sobre produtos industrializados, que foram parcialmente compensadas pela redução de 15,8% da taxa média de câmbio; (b) de 26,1% na arrecadação do IPI sobre veículos, devido principalmente ao aumento de 21,2% das vendas no mercado interno, e também de mudança no prazo de recolhimento do tributo; (c) do imposto de renda pessoa física, sendo (c.1) IRPF (21,2%), devido a ganho de capital na alienação de bens e depósitos judiciais, em razão, principalmente de alienação de participações acionárias; (c.2) IRRF - rendimentos do trabalho (23,9%), atribuído ao aumento da massa salarial de 15,1% entre dezembro e agosto de 2008; (d) da lucratividade das empresas e de maior fiscalização, sendo



(d.1) IRPJ (29,6%), e (d.2) CSLL (34,5%); (e) do IOF (165,4%), em razão de alteração de alíquotas e do crescimento do volume das operações de crédito; (f) por maior vigor da economia em alguns setores, (f.1) da Cofins (19,8%), em decorrência do aumento das importações, do faturamento das empresas e do crescimento de 13,5% do volume geral de vendas no período; (f.2) do PIS/Pasep (19,9%); (f.3) de 18,4% na arrecadação do IPI-Outros (não inclui fumos nem bebidas ou importações), relacionado ao aumento da produção industrial de 6% no período de janeiro a agosto; (g) do IPI – fumo (22,9%) em razão de reajuste da tabela em cerca de 30% a partir de julho de 2007; e (h) da receita previdenciária (17,8%) em decorrência de elevação da massa salarial.

### VIII.3 RECEITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2008

90. No Decreto 6.439 (abril), o Executivo esperava arrecadar em 2008 R\$ 464 milhões a menos do que o previsto na lei. Como reduções importantes aconteciam nas receitas partilhadas (*royalties*, por exemplo), a parcela perdida pelo governo federal foi compensada pelo aumento das receitas administradas, resultando em ganho líquido de R\$ 1,4 bilhão, conforme Tabela da página seguinte.
91. O Decreto 6.468 (maio), elevou a previsão das receitas brutas em relação à lei em R\$ 17,8 bilhões, e as líquidas em R\$ 15,3 bilhões. Em julho, o Decreto 6.519 já estimava excesso em relação à lei de R\$ 28,2 bilhões e de R\$ 25,1 bilhões, bruto e líquido, respectivamente.
92. A última avaliação oficial disponível nesta data (Decreto 6.589, de outubro) prevê receitas brutas de R\$ 723,7 bilhões, ou R\$ 36,1 bilhões a mais do que estimou o Congresso. Comparando-se com a proposta orçamentária encaminhada em agosto de 2007, a arrecadação de 2008 deverá ser cerca de R\$ 41 bilhões acima do que previu o Executivo, tamanho equivalente ao da CPMF que se esperava arrecadar até então. Ou seja, se a CPMF tivesse sido prorrogada e arrecadada no montante esperado à época da proposta, o Executivo estaria arrecadando hoje aproximadamente R\$ 70 bilhões a mais (descontando-se R\$ 10 bilhões de aumentos compensatórios de alíquotas)<sup>22</sup>, algo como 2,4% do PIB.
93. Como proporção do PIB, espera-se crescimento da receita, em relação a 2007, de quase 0,9 pontos, a despeito da extinção da CPMF que correspondia a 1,4% do PIB.
94. Receitas administradas pela RFB (não incluindo as do INSS), que representam 65% da receita total, serão R\$ 26 bilhões maiores que as estimadas na lei orçamentária. Também crescem as receitas não administradas (R\$ 8,1 bilhões) e as receitas do INSS (R\$ 1,9 bilhão).

<sup>22</sup> Ver em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamento/brasil/orcamentouniao/estudos/2008/NT%2022-08-Proposta%202009-Metas-Fiscais%207%209%2008.pdf> a Nota Técnica 22/08.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITAS 2007-2008

Receitas Primárias Brutas e Líquidas

Discriminação	2007		2008										Variações do Decreto 6.439 em Relação a	Variações do Decreto 6.589 em Relação a						Decreto 6.439	Decreto 6.468	Decreto 6.519			
	Realizado		Proposta		Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Decreto 6.519			Decreto 6.589		Lei	Realizado 2007		Proposta		Lei				
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	
RECEITA TOTAL	620.357,3	24,24	682.722,7	24,87	687.577,5	24,39	687.112,9	24,21	705.394,5	24,76	715.780,2	24,83	723.664,3	25,10	(464,6)	103.307,0	40.941,6	36.086,8	36.551,4	18.269,8	7.884,1				
Receita Administrada	417.509,4	16,32	448.827,0	16,35	444.019,7	15,75	448.286,5	15,80	460.397,0	16,16	462.972,2	16,06	470.058,0	16,30	4.266,8	52.548,5	21.231,0	26.038,3	21.771,5	9.660,9	7.085,7				
Arrecadação Líquida do INSS	140.411,8	5,49	157.063,2	5,72	161.740,0	5,74	159.915,7	5,63	162.031,7	5,62	163.673,4	5,68	(1.824,3)	23.261,6	6.610,2	1.933,4	3.757,8	1.641,7	1.641,7						
Receitas Não Administradas	62.446,2	2,44	74.014,1	2,70	78.999,4	2,80	76.109,4	2,68	80.164,4	2,81	87.975,0	3,05	87.131,6	3,02	(2.890,0)	24.685,4	13.117,5	8.132,2	11.022,2	6.967,2	(843,4)				
Incentivos Fiscais	(10,1)	(0,0)	(181,6)	(0,01)	(181,6)	(0,0)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(17,0)	(188,6)	(17,0)	(17,0)	(17,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Operações com Ativos	0,0	0,00	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,10	3.000,0	0,10	0,0	3.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS (-)	101.861,9	3,98	117.134,6	4,27	123.977,0	4,40	122.107,6	4,30	126.513,7	4,44	127.033,9	4,41	127.404,9	4,42	(1.869,3)	25.543,0	10.270,3	3.428,0	5.297,3	891,2	371,0				
RECEITA LÍQUIDA	518.495,4	20,26	565.588,1	20,61	563.600,5	19,99	565.005,3	19,91	578.880,7	20,32	588.746,3	20,42	596.259,4	20,68	1.404,8	77.764,0	30.671,3	32.658,9	31.254,1	17.378,6	7.513,1				

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO) e da Receita Federal do Brasil (RFB/MF). Elaboração dos autores.



### VIII.3.1 RECEITA ADMINISTRADA

95. O Executivo espera arrecadar R\$ 633,5 bilhões de receitas administradas, inclusive INSS, R\$ 28 bilhões a mais do que o previsto na lei (R\$ 605,6 bilhões), conforme mostra Tabela da próxima página, que traz também a previsão dessa arrecadação, decreto após decreto, ao longo do exercício.
96. Os aumentos da receita administrada em relação à lei concentram-se no imposto de renda (R\$ 9,9 bilhões), na Cofins (R\$ 8,7 bilhões), na CSLL (R\$ 4,9 bilhões), no IOF (R\$ 3,3 bilhão), e no PIS/Pasep (R\$ 1,7 bilhão). As principais frustrações são na Cide-combustíveis e no IPI.
97. Três fatores respondem pelo maior otimismo das estimativas oficiais de receitas administradas em 2008. Em primeiro lugar, a assunção tácita de que o modelo de projeção é incapaz de explicar o desempenho da arrecadação, mediante inclusão de valor expressivo de receitas extraordinárias. Em segundo lugar, os parâmetros subsidiários aos cálculos, que estão tendo projeções superiores ao que admitia à época da elaboração do orçamento. Essa mudança nas hipóteses de comportamento das principais variáveis já foi comentada e o será novamente adiante. Finalmente, a arrecadação já realizada até o segundo quadrimestre passado mostrou desempenho acima do esperado.
98. No primeiro decreto de 2008 (6.439), além dos fatores convencionais (base de projeção, parâmetros e alterações legislativas), o Executivo incorporou em suas projeções estimativa de R\$ 8,6 bilhões de receitas extraordinárias a ingressarem no período de março a dezembro. Essas receitas foram distribuídas proporcionalmente entre os tributos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2003-2008  
(R\$ milhões)

Discriminação	Realizado		2008										Variações do Decreto 6.589 em Relação a				
	2007		Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Decreto 6.519		Decreto 6.589		Realizado	Lei 2008	Decreto	Decreto	Decreto
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	2007	2008	6.439	6.468	6.519
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	557.911,1	21,80	605.578,0	21,48	608.003,5	21,42	622.230,0	21,84	624.805,2	21,7	633.532,7	22,0	75.621,6	27.954,7	25.529,2	11.302,7	8.727,5
Imposto de Importação	12.220,4	0,48	15.391,0	0,55	15.229,6	0,54	15.746,3	0,55	14.723,1	0,51	15.569,5	0,54	3.349,1	178,5	339,8	(176,8)	846,4
IPI	31.944,8	1,25	39.820,3	1,41	38.042,1	1,34	39.429,6	1,38	38.773,4	1,34	39.249,4	1,36	7.304,6	(570,9)	1.207,3	(180,2)	476,0
Imposto de Renda	148.202,2	5,79	168.938,5	5,99	168.572,5	5,94	174.569,1	6,13	173.772,5	6,03	178.874,3	6,20	30.672,1	9.935,7	10.301,8	4.305,2	5.101,7
IOF	7.855,3	0,31	17.576,2	0,62	18.283,5	0,64	18.869,2	0,66	20.391,9	0,71	20.838,2	0,72	12.982,9	3.262,0	2.554,7	1.968,9	446,2
COFINS	103.641,0	4,05	115.287,7	4,09	118.203,8	4,17	122.891,6	4,31	124.132,2	4,31	123.991,7	4,30	20.350,7	8.704,0	5.787,9	1.100,2	(140,5)
PIS/PASEP	26.758,9	1,05	30.153,0	1,07	30.745,0	1,08	31.805,3	1,12	32.080,4	1,11	31.890,2	1,11	5.131,3	1.737,2	1.145,2	84,9	(190,2)
CSLL	34.561,6	1,35	40.673,3	1,44	42.758,7	1,51	43.217,0	1,52	45.326,8	1,57	45.590,6	1,58	11.029,0	4.917,4	2.832,0	2.373,6	263,9
CPMF	36.519,7	1,43	858,4	0,03	901,9	0,03	900,9	0,03	1.013,8	0,04	1.060,1	0,04	(35.459,6)	201,7	158,1	159,2	46,2
CIDE-combustíveis	7.943,9	0,31	8.535,9	0,30	8.291,6	0,29	6.022,3	0,21	5.905,3	0,20	5.938,4	0,21	(2.005,5)	(2.597,5)	(2.353,2)	(83,9)	33,1
Outras Administradas pela RFB	7.861,6	0,31	6.785,5	0,24	7.257,8	0,26	6.945,7	0,24	6.852,7	0,24	7.055,6	0,24	(806,0)	270,2	(202,2)	109,9	202,9
Arrecadação Líquida do INSS	140.411,8	5,49	161.740,0	5,74	159.915,7	5,63	162.031,7	5,69	162.031,7	5,62	163.673,4	5,68	23.261,6	1.933,4	3.757,8	1.641,7	1.641,7
Incentivos Fiscais	(10,1)	(0,00)	(181,6)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(198,7)	(0,01)	(188,6)	(17,0)	-	-	-

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOFA)



99. Pormenoradamente, estimativas de arrecadação da lei e do Decreto 6.589, sua comparação, e as receitas atípicas esperadas no Decreto 6.589 são mostradas na próxima Tabela.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB NA LEI E NO DECRETO 6.589/08

Arrecadação Líquida  
(R\$ milhões)

RECEITAS	Lei		Decreto 6.589		Diferenças		Receitas Extraord Set-Dez
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões
Imposto sobre Importação	15.391	0,55	15.569	0,55	179	0,00	738
IPI	39.820	1,41	39.249	1,38	(571)	(0,03)	892
IPI - Fumo	3.622	0,13	3.280	0,12	(342)	(0,01)	-
IPI - Bebidas	3.275	0,12	2.722	0,10	(553)	(0,02)	
IPI - Automóveis	6.545	0,23	6.909	0,24	364	0,01	234
IPI - Vinculado às Importações	9.443	0,33	9.339	0,33	(104)	(0,01)	381
IPI - Outros	16.936	0,60	17.001	0,60	65	(0,00)	277
Imposto sobre a Renda	168.757	5,99	178.676	6,27	9.919	0,29	3.326
IR - Pessoa Física	14.587	0,52	15.145	0,53	558	0,01	
IR - Pessoa Jurídica <sup>(1)</sup>	77.933	2,76	85.691	3,01	7.758	0,24	2.113
IR Retido na Fonte	76.237	2,70	77.839	2,73	1.603	0,03	1.213
IRRF - Rendimentos do Trabalho	38.976	1,38	38.430	1,35	(547)	(0,03)	233
IRRF - Rendimentos de Capital	22.885	0,81	24.748	0,87	1.863	0,06	546
IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	8.688	0,31	9.023	0,32	335	0,01	434
IRRF - Outros Rendimentos	5.687	0,20	5.638	0,20	(49)	(0,00)	-
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	17.576	0,62	20.838	0,73	3.262	0,11	1.398
ITR - Imposto Territorial Rural	382	0,01	415	0,01	33	0,00	-
CPMF - Contribuição Prov Movimentação Financeira	858	0,03	1.060	0,04	202	0,01	-
COFINS - Contribuição para a Seguridade Social	115.288	4,09	123.992	4,35	8.704	0,26	2.856
Contribuição para o PIS/Pasep	30.153	1,07	31.890	1,12	1.737	0,05	645
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	40.673	1,44	45.591	1,60	4.917	0,16	843
CIDE - Combustíveis	8.536	0,30	5.938	0,21	(2.598)	(0,09)	-
Contribuição para o Fundaf	429	0,02	249	0,01	(180)	(0,01)	(58)
Outras Receitas Administradas	5.975	0,21	6.391	0,22	417	0,01	49
SUBTOTAL EXETO PREVIDÊNCIA	443.838	15,74	469.859	16,49	26.021	0,75	10.689
Receita Previdenciária	161.740	5,74	163.673	5,75	1.934	0,01	...
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	605.578	21,48	633.533	22,24	27.955	0,76	10.689

Fonte: Orçamento 2008;Decreto nº 6.589/08; 4º Relatório de Avaliação Orçamentária; Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

100. No Decreto 6.589, a projeção oficial inclui R\$ 10,7 bilhões de receitas extraordinárias para o período de setembro a dezembro e as distribui basicamente entre a Cofins (R\$ 2,9 bilhões), o IR (R\$ 2,1 bilhões) e o IOF (R\$ 1,4 bilhão). Não há informação sobre o montante arrecadado de receitas atípicas até agosto.

101. Os parâmetros cujas alterações contribuíram para previsões de receitas tão folgadas foram o PIB nominal mais elevado em 2008, por conta de maior deflator implícito; e a expectativa de maiores variações de todos os índices de preços, assim como das taxas de juros e da massa salarial. A previsão de câmbio médio, por outro lado, caiu em todos os decretos que se seguiram à lei. No entanto, isso foi mais que compensado pelo revisão do percentual do aumento das importações que, extra-oficialmente, já estaria previsto em 45% para este ano.



102. No tocante aos parâmetros específicos de receita temos, no Decreto nº 6.589 em relação à lei: (1) previsão de menor produção de produtos do fumo e de bebidas; (2) maior volume de vendas e de preços de automóveis; e (3) quase o dobro do volume de importações.
103. O mercado, como mostrou a comparação com os resultados da sondagem de 7 de novembro, espera preços mais baixos. Quanto ao crescimento real do PIB, o mercado já projeta 5,23%, portanto acima da estimativa oficial, e juros também mais altos, porém em queda. A junção destes parâmetros com o bom desempenho da arrecadação em outubro deverá levar a uma reestimativa positiva da arrecadação prevista na 5<sup>a</sup> Avaliação bimestral.
104. Finalmente, como visto em seção anterior, a arrecadação até o quadrimestre superou em R\$ 11,6 bilhões o previsto no Decreto 6.468, sendo R\$ 5,1 bilhões na a receita administrada, inclusive INSS. Nas seguidas reestimativas o Executivo projetou além deste excesso também o desempenho recente da arrecadação, o que se pode ver pelo tamanho das atípicas ainda esperadas.
105. Não obstante o excelente desempenho da arrecadação até o segundo quadrimestre, várias renúncias fiscais foram concedidas com vigência no período: nova política industrial (MP 428/08), cujo impacto foi estimado à época em R\$ 3,6 bilhões; e redução do valor da CIDE por metro cúbico de gasolina, estimado em R\$ 2,2 bilhões.

#### VIII.3.2 RECEITA NÃO ADMINISTRADA

106. A maior parte do aumento da previsão das receitas não-administradas no Decreto 6.589 em relação à lei deve-se a dividendos, conforme a Tabela da página seguinte.
107. O Decreto 6.439 desconsiderou o aumento promovido pelo Congresso, retomando o número da proposta para a receita com dividendos, mesmo diante da frustração de 2007, que levava a crer que parte dessa arrecadação seria realizada no presente ano. Mais tarde, para viabilizar criação do FSB, entre outros, o Decreto 6.519 anunciou elevação de R\$ 4,5 bilhões na estimativa de arrecadação de dividendos, sendo que a principal contribuição viria do BNDES. Em relação à lei orçamentária, prevê-se R\$ 3,9 bilhões a mais de dividendos e juros sobre capital próprio, totalizando receita esperada de R\$ 14 bilhões, dos quais 12,6 bilhões já ingressaram até outubro.
108. A Medida Provisória 445, de 6 de novembro, dispensa o recolhimento de parte dos dividendos da Caixa Econômica Federal entre 2008 e 2009. No presente exercício, a CEF já recolheu cerca de R\$ 2,1 bilhões até o mês de agosto. Para 2009 está previsto no projeto de lei orçamentária R\$ 1,9 bilhão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Receitas Não Administradas  
(R\$ milhões)

Discriminação	2007		2008										Variações do Decreto 6.589 em Relação a					
			Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Decreto 6.519		Decreto 6.589		Realizado até Outubro	Realizado 2007	Lei 2008	Decreto 6.439	Decreto 6.468	Decreto 6.519
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	
TOTAL DAS DEMAIS RECEITAS	62.446,2	2,44	81.999,4	2,9	79.109,4	2,79	83.164,4	2,92	90.975,0	3,16	90.131,6	3,13	75.877,5	27.685,4	8.132,2	11.022,2	6.967,2	(843,4)
Concessões	2.064,00	0,08	3.556,6	0,13	3.533,6	0,12	4.704,5	0,17	4.751,6	0,16	4.884,7	0,17	4.751,6	2.820,7	1.328,1	1.351,1	180,1	133,1
Dividendos	6.977,14	0,27	10.132,1	0,36	9.503,1	0,33	9.503,1	0,33	13.996,2	0,49	13.996,2	0,49	12.637,5	7.019,0	3.864,1	4.493,0	4.493,0	-
Contribuição dos Servidores ao PSSS	5.648,51	0,22	6.845,5	0,24	6.845,5	0,24	7.182,9	0,25	7.182,9	0,25	7.182,9	0,25	4.840,0	1.534,3	337,3	337,3	-	-
Salário-Educação	7.088,53	0,28	8.762,2	0,31	9.070,3	0,32	9.126,4	0,32	9.126,4	0,32	8.766,0	0,30	7.335,1	1.677,5	3,8	(304,2)	(360,3)	(360,3)
Royalties/Compensações Financeiras	17.026,18	0,67	25.477,3	0,90	22.816,5	0,80	24.365,4	0,86	27.108,4	0,94	25.043,0	0,87	23.058,8	8.016,8	(434,3)	2.226,5	677,7	(2.065,4)
Demais Receitas	12.809,59	0,50	13.367,9	0,47	13.385,4	0,47	13.753,4	0,48	14.125,9	0,49	14.843,4	0,51	12.698,7	2.033,8	1.475,6	1.458,1	1.090,0	717,5
Receita Própria (fts 50 & 81)	8.826,50	0,34	8.924,2	0,32	8.685,6	0,31	9.290,0	0,33	9.399,0	0,33	10.130,8	0,35	9.031,2	1.304,3	1.206,7	1.445,2	840,8	731,8
FGTS	2.005,72	0,08	1.933,7	0,07	2.269,4	0,08	2.238,7	0,08	2.284,6	0,08	2.284,6	0,08	1.524,6	278,9	350,9	15,1	45,9	(0,0)
Operações com Ativos	0,00	0,00	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,11	3.000,0	0,10	3.000,0	0,10	-	3.000,0	-	-	-	-

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.

(1) Dados preliminares do Siafi.



109. O grupo “demais receitas” cresce quase R\$ 1,5 bilhão em relação à lei, e pouco mais de R\$ 700 milhões em relação à 3<sup>a</sup> Avaliação, em função da arrecadação realizada até agosto maior do que a programada, sobretudo em relação ao Fistel, à Taxa de Migração, à Contribuição das Empresas de Telecomunicações, às Contribuições para as Pensões Militares e à Cota Parte do Adicional ao Frete da Marinha Mercante (AFMM).

110. As receitas de concessões estão R\$ 1,3 bilhão acima da lei, em função de antecipação de pagamento pela licença para exploração da banda de terceira geração – 3G, no valor de R\$ 1,5 bilhão. O arrecadado até outubro alcançou R\$ 4,8 bilhões, faltando R\$ 200 milhões para a meta anual.

111. O aumento das receitas próprias em relação à lei, de R\$ 1,2 bilhão, foi também atribuído à melhor arrecadação no período de janeiro a agosto, à receita extraordinária no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e ao crescimento esperado: das restituições do Fundo de Pensão do Banco Central (devido ao reajustamento da folha); das restituições de convênios; das restituições de benefícios não desembolsados do FAT (devido à mudança na sistemática de depósitos dos benefícios na rede bancária); da receita do DPVAT (devido ao crescimento da frota nacional de veículos); do recolhimento do Fundo de Saúde Militar (também devido ao reajuste da folha); e do Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (devido ao aumento na tarifa de navegação e ao aumento do fluxo aéreo em território nacional).

112. A projeção para as receitas com compensações financeiras ainda está R\$ 434 milhões abaixo da lei. O arrecadado até outubro (fonte Siafi) de R\$ 23,1 bilhões, aproximadamente R\$ 2 bilhões abaixo da lei, leva a crer que a meta será cumprida. Observa-se que em relação à lei, a taxa média de câmbio esperada pelo mercado em 7 de novembro é praticamente a mesma. Quanto ao preço médio do barril de petróleo, era de US\$ 90 na lei e, segundo o mercado deverá fechar o exercício em pouco menos de US\$ 100. Se o volume de produção previsto na lei foi mantido, a arrecadação poderá inclusive superar a projeção do Decreto 6.589.

113. Finalmente, o governo continua esperando arrecadar R\$ 3 bilhões com alienação de ativos inservíveis. Iniciativa semelhante redundou em fracasso absoluto em 2007. Até o momento, nada foi arrecadado a esse título.

## **IX – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE**

114. Os §§ 2º e 3º do art. 2º da LDO de 2008 prevêem que o Relatório traga dados sobre a evolução da dívida pública federal.

115. A Dívida Pública Federal (DPF) aumentou R\$ 1,3 bilhão entre o 1º e o 2º quadrimestre de 2008, somando R\$ 1.331,6 bilhões, como mostra a Tabela da página seguinte. Em dezembro de 2007, era de R\$ 1.345,4 bilhões. A redução de R\$ 13,8 bilhões ocorreu em razão da queda no 1º quadrimestre de R\$ 15,1 bilhões e deveu-se, predominantemente, à diminuição da dívida pública externa, com a forte apreciação do real.



116. No 2º quadrimestre, a dívida mobiliária interna - DPMFi aumentou R\$ 4,6 bilhões, enquanto que a dívida pública externa - DPFe foi reduzida em R\$ 3,3 bilhões. No ano, entretanto, ambas caíram, em R\$ 1,2 bilhão e 12,6 bilhões, respectivamente, para R\$ 1.235,3 e R\$ 96,3 bilhões.

117. O diminuição da DPMFi decorreu da apropriação, por competência, de R\$ 102,5 bilhões de juros (R\$ 53,6 bilhões no 1º quadrimestre e R\$ 48,9 bilhões no 2º quadrimestre), mais que compensada pelo resgate líquido de R\$ 103,7 bilhões (R\$ 54,7 bilhões e pouco mais de R\$ 49,0 bilhões nos mesmos quadrimestres). Os pagamentos de amortizações e juros, no ano, totalizaram R\$ 270,9 bilhões, contra emissões de R\$ 167,2 bilhões - por oferta pública (R\$ 170,2 bilhões) e por colocação direta (cancelamentos líquidos de R\$ 3,0 bilhões).

118. Já a redução da DPFe se deveu a resgates líquidos de R\$ 11,1 bilhões e à variação cambial que excedeu, esta última, os juros apropriados por competência em R\$ 1,5 bilhão. Dessa forma, caiu a participação da DPFe no total da DPF de responsabilidade do Tesouro para 7,2% (em dez/07 era de 8,1%). Esse percentual traz menor preocupação ainda com a gestão da dívida externa, em face de eventuais choques no câmbio, como o ocorrido no período entre setembro e outubro.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

DIVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO,  
2008

Variação nos 1º e 2º Quadrimestres e no Ano de 2008 em Relação a Dezembro de 2007  
(R\$ milhões)

Fatores de variação	Quadrimestres		Ano
	1º	2º	
ESTOQUE EM 31/DEZ/07	...	...	1.345.425
<i>DPMFi</i>	...	...	1.236.539
<i>DPFe</i>	...	...	108.885
ESTOQUE EM 31/AGO/08	...	...	1.331.632
<i>DPMFi</i>	...	...	1.235.311
<i>DPFe</i>	...	...	96.321
Variação Nominal	(15.057)	1.264	(13.793)
<i>DPMFi</i>	(5.782)	4.553	(1.229)
<i>DPFe</i>	(9.274)	(3.289)	(12.563)
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	(15.056)	1.264	(13.792)
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(63.309)	(51.467)	(114.776)
<i>DPMFi</i>	(54.659)	(49.057)	(103.716)
<i>DPFe</i>	(8.650)	(2.410)	(11.060)
I.1.1 - Emissões	100.113	68.716	168.829
<i>DPMFi</i>	99.976	67.229	167.205
Oferta Pública / <sup>1</sup>	98.985	71.259	170.244
Diretas / <sup>2</sup>	991	(4.030)	(3.039)
<i>DPFe</i>	137	1.487	1.624
Soberanas / <sup>3</sup>	137	1.487	1.624
I.1.2 - Resgates	(163.422)	(120.183)	(283.605)
<i>DPMFi</i>	(154.635)	(116.286)	(270.921)
Pagamentos Correntes / <sup>4</sup>	(154.635)	(116.286)	(270.921)
<i>DPFe</i>	(8.787)	(3.897)	(12.684)
Pagamentos Correntes / <sup>5</sup>	(8.133)	(3.335)	(11.468)
Resgates Antecipados	(654)	(562)	(1.216)
Programa de Recompra de Títulos / <sup>6</sup>	(654)	(562)	(1.216)
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	48.253	52.731	100.984
<i>DPMFi</i> / <sup>7</sup>	48.877	53.610	102.487
<i>DPFe</i>	(624)	(879)	(1.503)
Juros / <sup>8</sup>	2.896	2.718	5.614
Variação Cambial / <sup>9</sup>	(3.520)	(3.597)	(7.117)

Fonte: Relatório, Secretaria do Tesouro Nacional STN/MF. Elaboração dos autores.

/ 1 Emissões de títulos de DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permute de títulos nem os cancelamentos.

/ 2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei (e.g. permuta de títulos com bancos), às emissões sem contrapartida financeira para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES, PND, PESA e FCVS e aos cancelamentos de títulos recebidos em leilões de troca e outros.

/ 3 Emissões de bônus no mercado externo e ingressos de recursos de contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

/ 4 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

/ 5 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

/ 6 Programa de recompra antecipada da Dívida Pública Federal Externa - DPFe.

/ 7 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

/ 8 Saldo dos juros apropriados por competência no período.

/ 9 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação do dólar e demais moedas subjacentes à DPFe em relação ao real.

119. No tocante a prazos e composição da DPF, os resultados alcançados ao final do 2º quadrimestre são apresentados na Tabela seguinte, que traz também a situação em dezembro de 2007 e o pretendido ao final de 2008, conforme os



limites inferiores e superiores previstos no Plano Anual de Financiamento - PAF 2008 e em sua revisão de agosto.

**RESULTADOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - DPF, 2007-2008**  
(R\$ bilhões)

Indicadores	Dez/07	PAF-2008		PAF-2008 Revisão		Abr/08	Ago/08
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo		
Estoque em Mercado (R\$ bilhões)	1.333,8 <sup>(1)</sup>	1480	1540	1360	1420	1.318,30 <sup>(2)</sup>	1.319,51 <sup>(3)</sup>
Prazo Médio (meses)	39,2	42	46	42	46	41,7	42,7
% vincendo em 12 meses	28,2	24	27	24	27	25,4	23,4
<u>Composição do Estoque (%)</u>							
Prefixados	35,1	35	40	29	32	32,2	29,9
Índice de Preços	24,1	25	29	25	29	25,5	27,0
Selic	30,7	25	30	31	34	32,7	34,2
Câmbio	8,2	7	9	7	9	7,6	7,2
TR e outros	1,9	1	3	1	3	2,0	1,6

Fonte: Plano Anual de Financiamento 2008 - PAF2008/STN e Comunicado - Agosto 2008 (Revisão); Relatórios de Avaliação - Meta Fiscal Quadrimestral 1º e 2º Quadrimestres de 2008/STN; Relatório Anual da Dívida 2007 - STN; Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Agosto 2008/STN.

<sup>(1)</sup> Valor constante dos Relatórios Mensais da Dívida Pública Federal de abril/08 e agosto/08 e do PAF 2008. Nos Relatórios de Avaliação dos 1º e 2º Quadrimestres de 2008 constam R\$ 1.345,4 bilhões. Demais indicadores de dez/07 correspondem ao valor da tabela.

<sup>(2)</sup> Valor constante do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de abril/08. No Relatório de Avaliação do 1º Quadrimestre de 2008 constam R\$ 1.330,4 bilhões. Demais indicadores de abril/08 correspondem ao valor da tabela.

<sup>(3)</sup> Valor constante do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de agosto/08. No Relatório de Avaliação do 2º Quadrimestre de 2008 constam R\$ 1.331,6 bilhões. Demais indicadores de agosto/08 correspondem ao valor da tabela.

120. O esforço desenvolvido pelo Tesouro nos últimos anos, voltado para a melhoria da composição da dívida mobiliária teve seus resultados parcialmente revertidos nesses dois quadrimestres de 2008. Com o aumento das expectativas de inflação, o mercado passou a demandar maiores rentabilidades para os títulos prefixados, o que não foi de todo referendado pelo Tesouro. A composição da dívida mobiliária se alterou, passando a ter maior participação dos títulos indexados pela Selic, e houve também aumento das operações de mercado aberto do Banco Central, que propiciaram aplicações de curtíssimo prazo, ao mesmo tempo em que enxugavam a liquidez decorrente do resgate líquido de títulos prefixados.

121. Com o aumento do percentual dos títulos selicados e com a redução dos prefixados, ao final do 2º quadrimestre, suas participações não se enquadravam nos limites mais desfavoráveis pretendidos inicialmente no PAF. Mesmo comparando-se com os limites revisados do Plano, a situação é adversa; a participação dos selicados já ultrapassa o limite e a dos prefixados aproxima-se do limite inferior.

122. Houve, entretanto, redução na parcela de títulos vinculados ao câmbio e aumento na dos indexados a preços (parcela de juros pré-fixada mais IPCA). No período, as expectativas eram de queda do câmbio e aumento dos índices de preços.

123. Com relação ao alongamento do perfil da dívida, o prazo médio aumentou 1 mês em relação ao 1º quadrimestre e 3,5 meses em comparação com dezembro de 2007, um bom resultado. Melhorou também o percentual vincendo em 12 meses, com redução de 2 p.p. e 4,8 p.p. em relação ao 1º quadrimestre e a dezembro de 2007, respectivamente.



124. Embora as operações de mercado aberto não se enquadrem nas estatísticas da DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional, cabe atentar para crescimento de seu montante. Em agosto de 2008, as operações de mercado aberto atingiam R\$ 278,5 bilhões, representando 18,6% do somatório da Dívida Mobiliária Federal Interna com operações de *swap* e das próprias operações de mercado aberto, como pode ser visto na Tabela da próxima página.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE, 2006-2008  
(Ccom Swap e Operações de Mercado Aberto)

Tipo de Rentabilidade	Dez/2006		Dez/2007		Abr/2008		Ago/2008	
	R\$ bilhões	%						
Prefixados	395,04	34,25	456,97	32,86	414,32	28,29	384,64	25,61
Taxa Selic	439,88	38,13	448,63	32,26	468,06	31,96	487,04	32,43
Índices de Preços	246,43	21,36	321,65	23,13	336,72	22,99	356,23	23,72
Câmbio <sup>(1)</sup>	(12,05)	(1,04)	(28,00)	(2,01)	(26,41)	(1,80)	(26,04)	(1,73)
TR	24,19	2,10	25,62	1,84	26,03	1,78	21,32	1,42
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	1.093,49	94,80	1.224,87	88,08	1.218,72	83,20	1.223,19	81,45
Oper. Mercado Aberto	60,03	5,20	165,81	11,92	246,01	16,80	278,50	18,55
Até 1 mês	5,80	0,50	(1,46)	(0,10)	52,52	3,59	55,90	3,72
Mais de 1 mês	54,23	4,70	167,27	12,03	193,49	13,21	222,60	14,82
Total	1.153,52	100,00	1.390,68	100,00	1.464,73	100,00	1.501,69	100,00

Fonte: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal. Agosto 2008 (STN/MF). Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Valor de referência para ajuste de swap foi incorporado ao estoque de cambiais.

125. Em dezembro de 2007 as operações de mercado aberto perfaziam R\$ 165,8 bilhões, correspondentes a 11,9% do somatório, enquanto que em dezembro de 2006, essas operações somavam R\$ 60 bilhões e representavam 5,2%.

126. O crescimento dessas operações coincide com a atuação do Banco Central para enxugamento da liquidez que resulta, em grande medida, da aquisição de dólares que realiza no mercado doméstico. Coincide também, por consequência, com o aumento das reservas internacionais do País.

127. Em 2008, verifica-se também que o aumento dessas operações tem correspondência com a redução da parcela da DPMFi atrelada a títulos prefixados, de R\$ 457,0 bilhões em dez/2007 para R\$ 384,6 bilhões em agosto/08. As operações de mercado aberto, de curíssimo prazo, parecem substituir a menor oferta, pelo Tesouro, desses títulos, que são os de menores prazos de vencimentos.

## X – CONTINGENCIMENTO EM VIGOR POR ÓRGÃO E GND

128. É apresentada em Anexo a distribuição das despesas discricionárias, por órgão e grupo de despesa, do Poder Executivo aprovadas na lei orçamentária, o contingenciamento inicial, o total das emendas parlamentares e o montante que ainda permanece contingenciado.

129. Na lei as despesas discricionárias do Executivo perfaziam R\$ 129,2 bilhões, sendo R\$ 90,1 bilhões em custeio e R\$ 39,1 bilhões em investimentos e inversões



primárias. Dos investimentos e inversões previstos, mais de 35% provinham de emendas parlamentares.

130. Em particular, observa-se alta correlação entre o contingenciamento inicial e o total de emendas parlamentares nos ministérios da Agricultura, Educação, Justiça, Minas e Energia, Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Esporte, Integração, Turismo, Combate à Fome e Cidades.

131. Os ministérios que mais receberam emendas foram Cidades, Saúde, Transportes, Turismo, Educação, Integração Nacional e Esportes. Destes órgãos apenas o do Transporte recebeu contingenciamento mais brando (menos da metade do volume de emendas), possivelmente em razão da atuação dos parlamentares sobre as ações atendidas pelo PPI.

132. Depois das liberações de recursos ao longo do exercício, alguns ministérios tiveram a quase totalidade das dotações da lei recompostas, como é o caso da Saúde, de Minas e Energia e de Cidades. Por outro lado, outros não se beneficiaram das liberações, mantendo-se o contingenciamento anunciado no início do ano ou até mesmo o aumentando, a exemplo de Ciência e Tecnologia, Justiça, Trabalho, Comunicações, Cultura e Desenvolvimento Agrário.



## ANEXOS



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

	Despesas Discretionárias do Poder Executivo - por Grupo de Despesa												<b>Anexo I</b>
	Lei			Contingenciamento Inicial			Emendas <sup>(1)</sup>			Contingenciamento Atualizado			
	Custeio (R\$ milhões)	Invest+Invers. (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	Custeio (R\$ milhões)	Invest+Invers. (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	Custeio (R\$ milhões)	Invest+Invers. (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	Custeio (R\$ milhões)	Invest+Invers. (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	
Presidência da República	1.584	1.303	2.887	440	268	708	58	366	424	50	421	471	
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.048	750	1.799	190	607	797	108	608	716	37	278	315	
Ciência e Tecnologia	2.881	1.084	3.965	24	10	34	266	395	660	17	18	35	
Fazenda	2.505	367	2.872	855	44	899	16	28	44	91	47	138	
Educação	10.342	2.849	13.191	483	1.130	1.613	381	1.132	1.513	428	343	771	
Desenv., Indústria e Comércio Exterior	538	191	729	83	150	233	28	140	168	20	143	163	
Justiça	2.206	1.035	3.241	41	223	263	20	252	272	81	182	263	
Minas e Energia	439	63	502	20	37	57	30	22	52	(35)	35	0	
Previdência Social	1.575	88	1.664	254	10	264	2	4	6	147	60	207	
Relações Exteriores	981	39	1.019	49	0	49	2	0	2	18	3	21	
Saúde	39.885	3.366	43.250	1.796	798	2.594	839	1.629	2.468	(418)	662	244	
Trabalho e Emprego	1.453	121	1.574	382	31	413	175	37	212	456	66	522	
Transportes	934	9.062	9.997	44	971	1.015	37	2.212	2.248	77	556	633	
Comunicações	364	51	414	6	28	34	6	0	6	33	28	61	
Cultura	662	196	857	123	68	192	108	88	196	156	38	194	
Meio Ambiente	599	124	723	64	89	153	49	82	130	34	95	128	
Planejamento, Orçamento e Gestão	604	52	656	216	33	248	5	0	5	83	33	116	
Desenvolvimento Agrário	1.123	1.676	2.799	85	186	271	54	78	132	130	249	379	
Esporte	233	895	1.128	61	867	929	30	880	910	(62)	399	337	
Defesa	5.380	4.155	9.535	1.045	861	1.906	18	315	332	224	1.273	1.497	
Integração Nacional	205	4.078	4.283	25	1.247	1.272	43	1.362	1.405	1	952	953	
Turismo	616	2.014	2.629	325	1.909	2.234	326	1.840	2.166	120	917	1.037	
Desenv. Social e Combate à Fome	12.990	177	13.167	123	70	193	123	70	193	(32)	13	(19)	
Cidades	584	5.351	5.934	105	2.616	2.721	52	2.743	2.795	(44)	216	172	
Encargos Financeiros da União	227	0	227	68	0	68	0	0	0	130	-	130	
Transf. Estados, DF e Municípios	73	0	73	13	0	13	9	0	9	11	-	11	
Operações Oficiais de Crédito	76	0	76	23	0	23	0	1	1	1	-	1	
<i>Subtotal</i>	90.104	39.086	129.191	6.941	12.251	19.193	2.781	14.282	17.063	1.753	7.027	8.780	
Reserva a ser Distribuída	0	0	0	0							(176)	(176)	
Fundo Soberano do Brasil											(14.244)	(14.244)	
<b>TOTAL</b>	<b>90.104</b>	<b>39.086</b>	<b>129.191</b>	<b>6.941</b>	<b>12.251</b>	<b>19.193</b>	<b>2.781</b>	<b>14.282</b>	<b>17.063</b>	<b>1.753</b>	<b>(7.393)</b>	<b>(5.640)</b>	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Dotações que saíram na Lei acima do valor apresentado no projeto de lei orçamentária.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Execução das Despesas Discricionárias do Poder Executivo (1)

Anexo II

Órgãos	2007							2008								
	Lei	Empenhado até outubro	% empenhado /Lei	Liquidado até outubro	Pago até outubro			% Total Pago /Lei	Lei	Empenhado até outubro	% empenhado /Lei	Liquidado até outubro	Pago até outubro			% Total Pago /Lei
					do exercício	de exercícios anteriores	Total						do exercício	de exercícios anteriores	Total	
Presidência da República	1.255.323	922.724	74%	607.569	605.221	108.341	713.562	57%	2.887.137	1.484.409	51%	980.832	957.693	342.923	1.300.616	45%
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.471.933	696.868	47%	531.561	514.953	286.547	801.500	54%	1.798.461	1.098.835	61%	624.863	564.744	391.497	956.242	53%
Ciência e Tecnologia	3.580.862	2.297.838	64%	1.719.718	1.439.088	702.319	2.141.408	60%	3.964.636	2.930.118	74%	1.866.989	1.743.799	756.443	2.500.242	63%
Fazenda	2.260.902	1.826.886	81%	1.682.363	1.675.563	311.905	1.987.468	88%	2.871.816	2.263.755	79%	1.986.704	1.757.475	196.558	1.953.032	68%
Educação	9.682.970	6.719.631	69%	4.994.565	4.939.707	1.752.277	6.691.985	69%	13.190.599	8.523.389	65%	6.010.824	5.871.155	2.791.078	8.662.234	66%
Desenv., Indústria e Comércio Exterior	580.276	470.627	81%	371.370	369.842	42.807	412.648	71%	729.222	453.468	62%	404.438	404.310	45.264	449.574	62%
Justiça	1.972.904	1.497.043	76%	1.139.820	1.135.623	427.481	1.563.104	79%	3.241.417	1.800.345	56%	1.067.399	1.063.747	362.154	1.425.901	44%
Minas e Energia	622.370	377.209	61%	260.348	254.368	57.596	311.964	50%	502.089	444.535	89%	295.225	292.498	101.816	394.315	79%
Previdência Social	1.470.300	1.241.350	84%	1.014.953	995.826	155.765	1.151.591	78%	1.663.594	1.460.963	88%	1.022.461	998.079	157.457	1.155.536	69%
Relações Exteriores	991.300	727.176	73%	698.643	698.738	23.324	722.061	73%	1.019.407	906.585	89%	871.984	870.835	14.672	885.507	87%
Saúde	40.638.783	32.864.322	81%	26.707.729	26.636.651	3.298.935	29.935.587	74%	43.250.374	33.470.075	77%	29.244.732	29.144.029	2.975.847	32.119.876	74%
Trabalho e Emprego	904.404	610.172	67%	500.992	498.513	58.494	557.006	62%	1.574.262	710.864	45%	488.772	488.497	49.293	537.790	34%
Transportes	8.257.610	6.145.194	74%	2.301.157	2.067.338	2.321.758	4.389.096	53%	9.996.653	5.359.805	54%	1.570.741	1.408.825	3.705.051	5.113.876	51%
Comunicações	520.961	279.151	54%	198.282	197.964	19.153	217.117	42%	414.234	208.279	50%	145.422	145.401	101.578	246.979	60%
Cultura	639.339	254.657	40%	152.459	151.095	135.783	286.878	45%	857.392	326.990	38%	165.551	163.298	228.751	392.049	46%
Meio Ambiente	651.198	375.541	58%	244.949	242.183	55.618	297.801	46%	722.846	411.146	57%	296.559	295.364	49.079	344.443	48%
Planejamento, Orçamento e Gestão	972.997	729.156	75%	604.805	603.809	192.557	796.365	82%	655.905	303.168	46%	256.894	255.839	56.647	312.486	48%
Desenvolvimento Agrário	2.363.785	1.514.361	64%	1.065.491	1.064.861	308.684	1.373.545	58%	2.798.870	1.276.408	46%	780.638	778.437	493.309	1.271.746	45%
Esporte	912.409	951.726	104%	677.517	677.365	285.660	963.025	106%	1.128.242	700.280	62%	128.428	128.100	308.066	436.166	39%
Defesa	7.022.929	4.929.046	70%	3.564.881	3.477.534	985.282	4.462.816	64%	9.535.299	6.805.460	71%	4.269.096	4.146.793	1.475.689	5.622.482	59%
Integração Nacional	2.083.225	1.211.119	58%	332.185	328.672	627.531	956.203	46%	4.282.787	2.915.238	68%	492.971	483.006	1.238.532	1.721.539	40%
Turismo	1.762.062	636.945	36%	156.619	153.449	392.331	545.780	31%	2.629.011	1.399.620	53%	330.423	328.519	687.784	1.016.303	39%
Desenv. Social e Combate à Fome	10.763.719	10.248.555	95%	8.623.945	8.582.132	123.687	8.705.819	81%	13.167.243	12.287.025	93%	10.284.301	10.274.156	118.864	10.393.020	79%
Cidades	3.704.451	2.401.548	65%	347.293	318.175	865.358	1.183.533	32%	5.934.442	4.554.469	77%	982.483	976.184	3.295.528	4.271.712	72%
Encargos Financeiros da União	395.000	303.421	77%	245.553	242.031	-	242.031	61%	226.593	44.563	20%	26.293	26.293	25.033	51.326	23%
Transf. Estados, DF e Municípios	119.371	44.579	37%	44.382	44.382	-	44.382	37%	72.849	41.733	57%	41.719	41.719	32.970	74.689	103%
Operações Oficiais de Crédito	56.894	46.536	82%	37.388	37.388	-	37.388	66%	75.610	75.055	99%	72.369	72.369	65.149	137.518	182%
<b>TOTAL</b>	<b>105.658.276</b>	<b>80.323.383</b>	<b>76%</b>	<b>58.826.539</b>	<b>57.952.472</b>	<b>13.539.192</b>	<b>71.491.664</b>	<b>68%</b>	<b>129.190.990</b>	<b>92.256.580</b>	<b>71%</b>	<b>64.709.113</b>	<b>63.681.163</b>	<b>20.066.034</b>	<b>83.747.197</b>	<b>65%</b>

Fonte: Siafi, dados atualizados até 03/11/08. Elaboração dos autores.

(1) Inclui dotações do Projeto Piloto de Investimento no valor de R\$ 13,8 bilhões.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Execução das Despesas Discricionárias de Investimentos e Inversões Financeiras do Poder Executivo.<sup>(1)</sup>

Anexo III

Órgãos	2007									2008				
	Lei	Empenhado até outubro	Empenhado até dezembro	Pago até outubro			Pago até dezembro			Lei	Empenhado até outubro	Pago até outubro		
				do exercício	de exercícios anteriores	Total	do exercício	de exercícios anteriores	Total			do exercício	de exercícios anteriores	Total
Presidência da República	174.347	196.533	802.297	88.063	47.247	135.310	294.407	50.070	344.477	1.303.189	356.560	140.729	198.821	339.549
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	534.861	119.160	480.399	28.316	208.444	236.760	72.878	238.442	311.320	750.362	333.723	12.020	298.133	310.153
Ciência e Tecnologia	1.038.167	430.102	978.361	168.356	351.640	519.996	467.760	400.060	867.821	1.083.837	661.735	204.124	284.244	488.367
Fazenda	54.567	27.369	164.771	19.320	178.682	198.003	47.893	203.744	251.638	366.896	292.810	279.991	114.432	394.423
Educação	1.579.161	418.333	2.772.911	248.152	654.721	902.872	659.477	729.253	1.388.730	2.848.628	1.193.108	540.149	1.421.353	1.961.502
Desenv., Indústria e Comércio Exterior	97.059	29.365	184.622	6.485	22.914	29.400	168.282	26.216	194.498	191.416	25.018	14.057	13.268	27.325
Justiça	815.617	415.125	877.924	245.049	343.467	588.516	443.027	468.590	911.617	1.035.114	485.049	159.411	237.627	397.039
Minas e Energia	47.596	12.875	32.876	5.065	7.525	12.590	15.256	7.597	22.853	63.121	13.845	4.291	14.766	19.057
Previdência Social	46.041	22.104	69.865	5.727	80.482	86.209	12.686	85.242	97.928	88.414	28.982	11.994	50.257	62.251
Relações Exteriores	42.159	10.801	23.079	9.969	6.051	16.020	21.833	6.051	27.884	38.569	16.780	14.787	1.621	16.408
Saúde	3.783.282	557.067	2.910.142	197.118	1.133.247	1.330.365	245.739	1.250.188	1.495.927	3.365.689	1.173.320	141.642	817.497	959.139
Trabalho e Emprego	66.486	24.113	44.527	19.065	8.231	27.297	29.815	8.231	38.046	113.761	20.295	11.433	6.842	18.275
Transportes	7.386.130	5.610.369	9.414.821	1.755.007	2.202.661	3.957.669	3.372.103	2.490.070	5.862.173	9.062.256	4.677.442	1.015.160	3.566.960	4.582.120
Comunicações	84.365	8.059	362.746	5.090	10.494	15.584	9.775	13.271	23.046	50.715	2.280	442	81.531	81.973
Cultura	242.825	54.279	147.236	19.271	58.610	77.881	27.659	62.364	90.024	195.556	47.490	9.390	75.523	84.913
Meio Ambiente	70.148	6.235	34.490	1.502	27.484	28.986	14.650	31.355	46.004	123.528	13.385	5.772	15.390	21.162
Planejamento, Orçamento e Gestão	52.490	25.797	41.319	1.692	133.221	134.913	7.495	133.563	141.058	52.391	6.442	886	14.519	15.404
Desenvolvimento Agrário	1.712.445	1.092.999	2.186.804	777.923	214.109	992.032	1.618.183	276.363	1.894.546	1.675.931	769.430	420.623	332.079	752.702
Esporte	468.268	316.883	584.055	150.035	169.278	319.312	173.017	329.935	502.952	895.471	469.182	4.621	145.832	150.454
Defesa	2.758.099	1.609.885	3.262.967	1.009.196	474.326	1.483.522	1.982.384	557.276	2.539.660	4.154.996	2.496.371	1.052.431	894.996	1.947.427
Integração Nacional	1.793.131	1.009.519	3.351.228	179.613	568.650	748.263	446.999	771.453	1.218.452	4.077.690	2.603.082	243.595	1.168.829	1.412.424
Turismo	1.384.761	375.214	1.274.601	2.006	358.958	360.964	219.699	575.788	795.486	2.014.310	947.386	32.572	599.560	632.132
Desenv. Social e Combate à Fome	241.221	44.588	170.630	3.510	22.055	25.565	83.403	26.515	109.918	177.315	75.179	36.038	39.747	75.784
Cidades	3.263.274	2.058.525	5.404.476	46.029	807.707	853.737	154.180	1.458.858	1.613.038	5.350.918	4.186.512	720.553	3.218.030	3.938.583
Encargos Financeiros da União	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>27.736.800</b>	<b>14.475.302</b>	<b>35.577.145</b>	<b>4.991.561</b>	<b>8.090.205</b>	<b>13.081.765</b>	<b>10.588.599</b>	<b>10.200.496</b>	<b>20.789.094</b>	<b>39.080.076</b>	<b>20.894.407</b>	<b>5.076.710</b>	<b>13.611.855</b>	<b>18.688.565</b>

Fonte: Siafi, dados atualizados até 03/11/08. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Inclui dotações do Projeto Piloto de Investimento no valor de R\$ 13,8 bilhões.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Despesas Primárias e Resultado da União

**ANEXO IV**

Discriminação	Realizado					2008										Variações do Decreto 6.589 em Relação a							
	2003	2004	2005	2006	2007	Proposta		Lei		Decreto 6.439		Decreto 6.468		Decreto 6.519		Decreto 6.589		Realizado 2007	Lei 2008	Decreto 6.439	Decreto 6.468	Decreto 6.519	
	% PIB					R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões					
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	15,41	15,82	16,67	17,37	18,00	519.026,8	18,91	518.014,2	18,37	516.394,9	18,20	530.032,3	18,61	539.143,6	18,70	546.656,7	18,96	85.986,2	28.642,5	30.261,8	16.624,4	7.513,1	
Pessoal e Encargos Sociais	4,51	4,36	4,34	4,55	4,60	130.029,9	4,74	126.855,0	4,50	126.855,0	4,47	134.443,7	4,72	133.343,7	4,63	133.356,4	4,63	15.770,5	6.501,5	6.501,5	(1.087,3)	12,7	
Benefícios da Previdência	6,19	6,48	6,80	7,10	7,24	198.702,5	7,24	199.432,0	7,07	200.379,8	7,06	200.149,3	7,03	200.149,3	6,94	201.793,4	7,00	16.500,0	2.361,4	1.413,6	1.844,2	1.644,2	
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	0,87	0,88	0,96	1,14	1,23	34.374,5	1,25	34.747,1	1,23	36.658,9	1,29	36.774,1	1,29	36.774,1	1,28	36.774,1	1,28	5.349,2	2.027,1	115,2	-	-	
Abono e Seguro Desemprego	0,50	0,49	0,53	0,64	0,70	19.125,9	0,70	19.337,9	0,69	21.056,9	0,74	21.172,1	0,74	21.172,1	0,73	21.172,1	0,73	3.215,4	1.834,2	115,2	-	-	
Lei Orgânica de Assistência Social	0,27	0,30	0,35	0,41	0,45	13.430,7	0,49	13.516,5	0,48	13.747,8	0,48	13.747,8	0,48	13.747,8	0,48	2.181,3	231,3	-	-	-	-	-	
Renda Mensal Vitalícia	0,11	0,10	0,08	0,08	0,07	1.817,9	0,07	1.892,7	0,07	1.854,2	0,07	1.854,2	0,06	1.854,2	0,06	(47,5)	(38,5)	-	-	-	-	-	
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,23	0,22	0,24	0,17	0,15	3.900,0	0,14	3.900,0	0,14	3.900,0	0,14	5.200,0	0,18	5.200,0	0,18	5.216,1	0,18	1.316,1	1.316,1	1.316,1	16,1	16,1	
Outras Despesas Obrigatorias	0,55	0,42	0,65	2,08	0,52	18.516,7	0,67	17.407,0	0,62	32.342,6	1,14	32.634,3	1,15	27.466,9	0,95	28.095,8	0,97	14.818,7	10.688,9	(4.246,8)	(4.538,4)	629,0	
Subsídios e Subvenções	0,31	0,25	0,43	0,35	0,38	10.191,0	0,37	9.079,1	0,32	10.541,0	0,37	11.002,3	0,39	8.773,4	0,30	8.773,4	0,30	(960,4)	(305,7)	(1.767,6)	(2.228,9)	-	
Sentenças Judiciais - Demais	0,06	0,05	0,04	0,04	0,05	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,6	0,06	1.783,7	0,06	487,3	0,1	0,1	0,1	0,1	
Fundef/Fundeb - Complementação	0,04	0,03	0,03	0,02	0,08	3.137,2	0,11	3.137,2	0,11	3.174,0	0,11	3.174,0	0,11	3.174,3	0,11	3.174,3	0,11	1.155,0	37,1	0,3	0,3	-	
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,7	0,01	176,7	0,01	176,7	0,01	176,7	0,01	186,7	0,01	186,7	0,01	109,6	10,0	10,0	10,0	10,0	
Convênios	-	-	-	-	-	0,01	250,8	0,01	250,8	0,01	239,5	0,01	241,9	0,01	257,3	0,01	303,5	0,01	137,0	52,7	64,0	61,6	46,2
FDA / FDNE/SUDAM/SUDENE	-	0,00	0,01	-	0,01	-	-	-	-	1.442,6	0,05	1.442,6	0,05	642,6	0,02	642,6	0,02	357,8	642,6	(800,0)	(800,0)	-	
Indemizações - Proagro	0,00	0,00	0,04	0,02	-	209,3	0,01	209,3	0,01	209,3	0,01	-	-	-	-	-	-	(209,3)	(209,3)	-	-	-	
Fundo Constitucional do DF	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	579,3	0,02	581,5	0,02	579,3	0,02	579,3	0,02	579,3	0,02	637,6	0,02	189,1	56,1	56,3	56,3	56,3	
Créditos Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.041,1	0,39	11.107,3	0,39	8.907,3	0,31	9.421,5	0,33	9.421,5	9.421,5	(1.819,6)	(1.885,8)	514,2	
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	-	-	-	-	634,1	0,02	634,1	0,02	634,1	0,02	634,1	0,02	126,3	634,1	-	-	-	
FGTS	0,12	0,09	0,15	0,13	0,08	1.933,7	0,07	1.933,7	0,07	2.269,4	0,08	2.238,7	0,08	2.284,6	0,08	2.284,6	0,08	296,5	350,9	15,1	45,9	(0,0)	
Transferência Agência Nacional de Águas	-	-	-	0,00	0,00	28,4	0,00	28,4	0,00	25,3	0,00	27,0	0,00	27,0	0,00	27,0	0,00	0,5	(1,4)	1,7	-	-	
Anistiados	-	-	-	-	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	226,7	0,01	74,1	-	-	-	-	
Ajuste Caixa/Competência	(0,01)	(0,05)	(0,09)	(0,04)	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.424,3	-	-	-	-	
Legislativo/Judiciário/MPU	0,16	0,19	0,19	0,21	0,21	6.613,8	0,24	6.482,1	0,23	6.260,4	0,22	6.334,8	0,22	6.510,4	0,23	6.590,4	0,23	1.329,9	108,3	330,1	255,7	80,0	
Discretionárias - Executivo	2,90	3,27	3,48	3,66	4,06	126.889,3	4,62	129.191,0	4,58	109.998,1	3,88	114.496,2	4,02	129.699,2	4,50	134.830,3	4,68	30.901,7	5.639,3	24.832,1	20.334,1	5.131,1	
Discretionárias	3,02	3,40	3,78	3,81	4,44	109.152,8	3,98	115.366,8	4,09	96.173,9	3,39	100.672,0	3,53	101.631,0	3,53	106.762,1	3,70	(6.869,1)	(8.604,7)	10.588,1	6.090,1	5.131,1	
Ajuste Caixa/Competência	(0,12)	(0,13)	(0,35)	(0,27)	(0,58)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.804,3	-	-	-	-	
Projeto Piloto de Investimento	-	-	0,04	0,12	0,20	13.825,0	0,50	13.824,2	0,49	13.824,2	0,49	13.824,2	0,49	13.824,2	0,48	13.824,2	0,48	8.722,5	-	-	-	-	
Fundo Soberano do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.244,0	14.244,0	14.244,0	14.244,0	14.244,0		
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,03)	0,02	0,04	(0,05)	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.613,8)	-	-	-	-	
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE																							
COM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	2,28	2,56	2,48	2,08	2,32	46.561,3	1,70	45.586,3	1,62	48.610,4	1,71	48.848,5	1,71	49.602,7	1,72	(9.836,0)	4.016,4	992,3	754,3	0,0			
SEM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	-	2,53	2,20	2,52	-	60.386,3	2,20	59.410,5	2,11	62.434,6	2,20	62.672,7	2,20	63.426,9	2,20	(1.113,5)	4.016,4	992,3	754,3	0,0			
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	0,56	0,60	0,73	0,70	0,47	17.840,7	0,65	21.146,5	0,75	18.446,6	0,65	18.516,9	0,65	18.739,8	0,65	18.566,9	0,64	6.658,3	(2.579,5)	120,3	50,0	(172,8)	
<b>Memorando:</b>																							
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	(1,44)	(1,65)	(1,75)	(1,80)	(1,75)	(41.639,3)	(1,52)	(37.692,0)	(1,34)	(40.464,1)	(1,43)	(38.117,6)	(1,34)	(38.117,6)	(1,32)	(38.120,0)	(1,32)	6.761,7	(428,0)	2.344,1	(2,4)	(2,4)	
AJUSTE METODOLÓGICO (Recebíveis de Itaipu)	0,14	0,11	0,12	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SEGUNDO BACE	2,70	2,60	2,20	2,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS SEGUNDO BACEN	0,46	0,61	0,58	0,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO). Elaboração dos autores.